

Edição 11.172 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **SÁBADO // 7.11.2026 // Cascavel-PR** www.gazetadoparana.com.br

Alep: deputado reúne assinaturas para criar polícia municipal no PR

●Assembleia Legislativa: PEC estadual pretende **trocar o nome das guardas municipais** na Constituição do Estado do Paraná

●Evandro Araújo anunciou 23 assinaturas para **mudar a Constituição do Paraná e adotar o nome polícia municipal**; texto não foi localizado

●A aprovação da PEC da Segurança Pública pelo Congresso Nacional provocou uma nova movimentação na Alep. O deputado estadual Evandro Araújo (PSD) anunciou, durante a sessão de quarta-feira (4), que reuniu 23 assinaturas para apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estadual destinada a substituir a denominação "guarda municipal" por "polícia municipal" na Constituição do Paraná. Apesar do anúncio, a proposta ainda não foi localizada no sistema público de proposições da Assembleia, e não foi possível identificar seu número de registro nem acessar a íntegra do texto. Segundo Araújo, a coleta de assinaturas começou ainda em 2025, antes da conclusão da votação da PEC federal. A proposta pretende modificar o artigo 17, inciso XI, da Constituição paranaense.

Público ● P.3

DADOS

●**A ausência de um registro localizado no sistema público impede**, por enquanto, a verificação independente da redação proposta

PR entrega só 20 casas prometidas em Rio Bonito



Divulgação

●Um ano depois do tornado que devastou Rio Bonito do Iguaçu, no Centro-Sul do Paraná, em 7 de novembro de 2025, a cidade ainda enfrenta os impactos da destruição. Cerca de 90% das construções foram danificadas ou completamente destruídas, segundo relatório da Defesa Civil. Doze meses após a passagem do tornado, dezenas de famílias ainda aguardam a entrega de novas moradias. Das 100 casas previstas em um programa habitacional do Governo do Estado, apenas 20 foram entregues. As outras 80 permanecem em construção, com aproximadamente 30% de execução, segundo o prefeito Sezar Bovino. Em entrevista à Gazeta do Paraná, o prefeito apresentou um balanço da reconstrução e admitiu que o município ainda não conseguiu concluir a recuperação dos imóveis e das estruturas públicas atingidas. A situação mais delicada é a das famílias que perderam completamente suas residências. Público ● P.2



A equipe cascavelense venceu a competição duas vezes e busca o tri Conmebol

LIBERTADORAS

Stein Cascavel estreia neste sábado na Libertadores da América. Esportes ● Pág.5

GABRIEL QUER NOVA HISTÓRIA EM INTERLAGOS

Esportes ● Pág.6

GRÊMIO PEGA O GALO PELA COPA DO BRASIL

Esportes ● Pág.6

SÉRIE B PODE TER OS PRIMEIROS ACESSOS

Esportes ● Pág.6

SÉRIE OURO: SEMIFINAIS SERÃO NESTE SÁBADO

Esportes ● Pág.6



Divulgação

Ponta Grossa

TCE-PR aponta kits escolares irregulares

O TCE-PR identificou possíveis irregularidades na licitação para compra de kits e materiais escolares da Prefeitura de Ponta Grossa, nos Campos Gerais. A análise apontou exigências técnicas consideradas excessivas e indícios de que as especificações de alguns produtos poderiam favorecer fabricantes específicos, restringindo a concorrência.

Público ● P.2



AEN

Regularização

Embargos ambientais podem ser suspensos

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou um procedimento administrativo para acompanhar a transparência e a regulamentação dos mecanismos privados de financiamento do agronegócio brasileiro. A medida ocorre em meio ao crescimento das operações realizadas por meio do mercado de capitais, que movimentam centenas de bilhões de reais. Global ● P.11

Público

Rio Bonito do Iguaçu Apenas 20 moradias do programa estadual foram entregues às famílias que perderam suas casas. A previsão da prefeitura é construir aproximadamente 250 casas em Rio Bonito do Iguaçu

Um ano após tornado, PR entrega só 20 das 100 casas prometidas

O prefeito de Rio Bonito do Iguaçu reconhece que reconstrução ainda está longe de ser concluída

ELIANE ALEXANDRINO
Cascavel

●Um ano depois do tornado que devastou Rio Bonito do Iguaçu, no Centro-Sul do Paraná, em 7 de novembro de 2025, a cidade ainda enfrenta os impactos da destruição. O município foi atingido por um tornado de categoria F4, cujos ventos alcançaram velocidades próximas de 400 km/h. Seis pessoas morreram e pelo menos 750 ficaram feridas. Cerca de 90% das construções foram danificadas ou completamente destruídas, segundo relatório da Defesa Civil.

Doze meses após a passagem do tornado, dezenas de famílias ainda aguardam a entrega de novas moradias. Das 100 casas previstas em um programa habitacional do Governo do Estado, apenas 20 foram entregues. As outras 80 permanecem em construção, com aproximadamente 30% de execução, segundo o prefeito Sezar Bovino.

Em entrevista à Gazeta do Paraná, o prefeito apresentou um balanço da reconstrução e admitiu que o município ainda não conseguiu concluir a recuperação dos imóveis e das estruturas públicas atingidas. A situação mais delicada é a das famílias que perderam completamente suas residências e dependem da construção de novas unidades para voltar a ter uma moradia.

A previsão da prefeitura é construir aproximadamente 250 casas por meio de programas estaduais, federais e parcerias com entidades. Parte das unidades já foi entregue, enquanto outras ainda estão em obras ou aguardam o início dos trabalhos.

Além das 20 casas do programa estadual, foram entregues 39 unidades vinculadas a um programa da Caixa Econômica Federal e mais de 20 por meio da Cáritas. Os projetos têm cronogramas diferentes e estão em etapas distintas.

Reconstrução

A situação é diferente para os moradores cujas casas tiveram danos parciais. O município contabiliza 1.250 propriedades nessa condição. Para a recuperação, o Governo do Paraná repassou mais de R$ 45 milhões por meio do Cartão Reconstrução. Segundo Bovino, todos os cartões foram entregues e aproximadamente 90% dos serviços estão concluídos ou em fase de acabamento. O benefício permite que os próprios moradores comprem materiais e contratem mão de obra. A prefeitura, porém, não acompanha individualmente todas as reformas depois da liberação dos recursos.

Prédios públicos

A reconstrução envolve ainda aproximadamente 40 prédios e estruturas públicas atingidos pelo tornado. Entre eles estão escola, creche, rodoviária, ginásio de esportes, prefeitura e unidades de educação infantil.

A sede da prefeitura voltou a funcionar na semana retrasada, depois de os serviços municipais permanecerem distribuídos em mais de 8 imóveis alugados.O prefeito também citou intervenções em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), além da recuperação da Câmara Municipal. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ainda depende de licitação.

R$ 10 milhões

O setor empresarial recebeu R$ 10 milhões do Governo do Paraná em subvenção para auxiliar na recuperação de estabelecimentos e na retomada das atividades. A associação comercial participou da organização e classificação dos beneficiários. Enquanto ainda tentava superar os prejuízos do tornado, o município enfrentou outro evento climático. Segundo Bovino, um vendaval registrado meses depois da tragédia atingiu mais de 350 residências, provocando danos principalmente nos telhados. A prefeitura afirma que distribuiu materiais para a recuperação das coberturas em aproximadamente 10 dias, com apoio da Defesa Civil e recursos municipais.

Portal da transparência

A administração municipal criou um portal de transparência para reunir informações sobre recursos e obras. A ferramenta apresenta investimentos dos governos federal, estadual e municipal, além das ações realizadas com apoio de entidades. Ao completar um ano da tragédia, o prefeito afirmou que a reconstrução continua e que a cidade ainda precisa superar os danos deixados pelo tornado. "Podemos demorar um pouco, mas vamos reconstruir um Rio Bonito mais bonito do que era, mais planejado", declarou.


Um ano após tornado, reconstrução de Rio Bonito segue incompleta Divulgação

O que diz o Estado

O Governo do Paraná informa que já destinou R$ 58 milhões para ações de reconstrução e apoio às famílias, aos serviços públicos e à economia local. Pelo Cartão Reconstrução, foram entregues 1.146 cartões de até R$ 50 mil, com mais de R$ 31 milhões aplicados na compra de materiais e contratação de mão de obra. O Auxílio Superação beneficiou 2.432 famílias, com pagamentos de até R$ 1 mil em 6 parcelas, totalizando R$ 14 milhões. Outros R$ 10 milhões foram destinados a 260 empresas e comércios, para manutenção das atividades e dos empregos por 12 meses.

Na habitação, 19 casas foram entregues, com investimento de R$ 2,6 milhões, e outras 80 estão em construção, com R$ 10,4 milhões repassados ao município. Também avançam obras de pavimentação na sede e em Campo do Bugre, que somam R$ 5,3 milhões, além da modernização da iluminação pública, reforma da Câmara Municipal e entrega de ônibus escolares, caminhão-caçamba e veículo administrativo.

Na educação, 1.564 estudantes de 7 colégios estaduais tiveram as atividades retomadas entre novembro de 2025 e julho de 2026. Os 389 alunos do Colégio Estadual Ludovica Safraider voltaram ao prédio em julho, após a liberação do Bloco 1. A reforma do Bloco 2 está 61,79% concluída, com investimento de R$ 3,34 milhões e previsão de término em fevereiro de 2027. Nos CMEIs, os reparos no Dona Laura Y. Rodowanski chegaram a 93,52%, enquanto o Pedacinho do Céu atingiu 51,21% de execução.

Na saúde, o Estado destaca que cerca de 800 pessoas receberam atendimento nos primeiros dias após o tornado, com mobilização de mais de 400 profissionais, 36 ambulâncias e 6 aeronaves. Foram enviados quase 640 mil itens, entre medicamentos e materiais hospitalares. Para recuperar e ampliar a rede municipal, foram destinados R$ 1,19 milhão à renovação do transporte sanitário, R$ 1,6 milhão para uma nova UBS e R$ 1,3 milhão para uma clínica de fisioterapia. O Pronto Atendimento Municipal está na etapa final de reparos.

Na retomada econômica, a Fomento Paraná liberou R$ 19,6 milhões em 232 operações de crédito. O BRDE registrou R$ 24,1 milhões em financiamentos contratados ou em processamento para os municípios afetados.

Na infraestrutura viária, os investimentos estaduais chegam a R$ 4,3 milhões em conservação, manutenção e segurança, além de cerca de R$ 500 mil em roçada e limpeza, incluindo trechos da PRC-158 atingidos pelo tornado.

Segundo o governo estadual, as medidas integram o esforço para concluir a recuperação de Rio Bonito do Iguaçu e normalizar os serviços e as atividades no município.

EM NÚMEROS

6

A tragédia, registrada em 7 de novembro de 2025, **deixou 6 mortos, mais de 750 feridos** e danos em aproximadamente 90% das construções do município

16 tornados

O Paraná registrou um total de 16 tornados ao longo deste ano, segundo o Simepar. O mapeamento geográfico e cronológico destes fenómenos extremos evidencia a sua distribuição por várias regiões do território paranaense, segundo o Simepar. A cronologia dos registos abrange diferentes períodos: o primeiro evento ocorreu a 1 de janeiro em Mercedes, seguindo-se Piraquara / S. J. Pinhais a 10 de janeiro e Foz do Iguaçu a 7 de fevereiro, segundo o Simepar. O mês de junho concentrou um elevado número de ocorrências, com episódios em Reserva e Nova Cantu (ambos a 28 de junho), além de uma sequência a 30 de junho que afetou Laranjeiras do Sul, Turvo, Inácio Martins e Cruz Machado, segundo o Simepar. O segundo semestre registou ainda ocorrências em Piraí do Sul (8 de agosto), Goioerê (11 de setembro) e Maringá (2 de novembro), segundo o Simepar.

TCE-PR aponta possíveis restrições em licitação de kits escolares em Ponta Grossa

Tribunal identificou exigências técnicas excessivas e risco de direcionamento a marcas específicas em pregão; ata de R$ não poderá ser renovada a partir do vencimento, em março de 2027

Eliane Alexandrino
Cascavel

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) identificou possíveis irregularidades na licitação para compra de kits e materiais escolares da Prefeitura de Ponta Grossa, nos Campos Gerais. A análise apontou exigências técnicas consideradas excessivas e indícios de que as especificações de alguns produtos poderiam favorecer fabricantes específicos, restringindo a concorrência.

Diante dos problemas identificados, o Tribunal determinou que o município não renove a Ata de Registro de Preços nº 421/2026, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 178/2025. O registro, destinado ao fornecimento de materiais escolares, vence em março de 2027.

A decisão foi tomada após representação apresentada pela empresa Futura Comércio de Materiais Educacionais Ltda., que questionou regras do edital. Entre os pontos levantados estavam o agrupamento de mochilas e materiais de papelaria em um único lote, o detalhamento excessivo das características dos produtos e a exigência de laudos técnicos complementares.

Ao analisar o caso, o relator, conselheiro Durval Amaral, considerou improcedente a reclamação sobre o agrupamento dos produtos em lote único. A Prefeitura justificou a medida pela necessidade de entregar os kits completos aos estudantes, de forma organizada e antes do início do ano letivo.

O edital também permitiu a participação de empresas em consórcio e recebeu 21 propostas. Para o relator, esses elementos não demonstraram prejuízo à competitividade em razão da reunião dos itens em um único lote.

Por outro lado, o conselheiro considerou procedentes as alegações sobre as especificações técnicas de alguns materiais, especialmente borrachas e réguas. O edital exigia características muito detalhadas e laudos complementares sem apresentar justificativas suficientes nos documentos de planejamento da contratação.

O TCE-PR avaliou que parte das exigências ultrapassava o necessário, principalmente



O TCE identificou possíveis irregularidades Divulgação

porque determinados produtos já precisam de certificação obrigatória do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para serem comercializados. A cobrança de documentos adicionais, sem fundamentação técnica, poderia afastar fornecedores interessados.

A análise também apontou possível direcionamento indireto a marcas, uma vez que algumas especificações apresentavam características próximas às de produtos de fabricantes específicos, entre eles Ecoplast e Maxcril.

Licitação

Apesar das falhas identificadas, o relator não encontrou elementos para anular a licitação já homologada nem caracterizou erro grosseiro dos gestores municipais. No entanto, considerou que as exigências poderiam ter reduzido o número de empresas aptas a disputar o fornecimento.

Além de impedir a renovação da ata, o Tribunal recomendou que a Prefeitura apresente justificativas técnicas sempre que estabelecer especificações diferenciadas ou exigir laudos complementares em futuras licitações.

Os gestores também foram orientados a evitar exigências excessivas quando já existir certificação obrigatória para os produtos e a adotar critérios que não restrinjam indevidamente a concorrência ou favoreçam determinados fabricantes.

Decisão

O voto de Durval Amaral foi aprovado por unanimidade pelo Tribunal Pleno, na Sessão Virtual nº 11/2026, concluída em 9 de julho. A decisão consta no Acórdão nº 1685/26, publicado em 15 de julho no Diário Eletrônico do TCE-PR. Não houve recurso, e o processo transitou em julgado em 7 de agosto. Com isso, permanece válida a determinação para que Ponta Grossa não renove a ata de registro de preços quando chegar ao fim da vigência, em março de 2027.

Mudança na segurança PEC estadual pretende trocar o nome das guardas municipais na Constituição do Paraná, mas texto e lista de apoiadores ainda não aparecem no sistema público de proposições da Alep

Deputado reúne 23 assinaturas para criar polícia municipal no PR

Evandro Araújo anunciou 23 assinaturas para mudar a Constituição do Paraná e adotar o nome polícia municipal; texto não foi localizado

DA REDAÇÃO
Cascavel



A PEC com 23 assinaturas prevê criação de polícias municipais no Paraná Pedro Ribas/ Secom

●A aprovação da PEC da Segurança Pública pelo Congresso Nacional provocou uma nova movimentação na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O deputado estadual Evandro Araújo (PSD) anunciou, durante a sessão de quarta-feira (4), que reuniu 23 assinaturas para apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estadual destinada a substituir a denominação "guarda municipal" por "polícia municipal" na Constituição do Paraná. Apesar do anúncio, a proposta ainda não foi localizada no sistema público de proposições da Assembleia, e não foi possível identificar seu número de registro nem acessar a íntegra do texto.

Segundo Araújo, a coleta de assinaturas começou ainda em 2025, antes da conclusão da votação da PEC federal. A proposta pretende modificar o artigo 17, inciso XI, da Constituição paranaense. Durante o pronunciamento, o deputado informou que havia solicitado à assessoria o protocolo do documento e pediu à presidência da Assembleia rapidez na tramitação. "Tem 23 assinaturas de deputados e deputadas e, obviamente, está aberta ao apoio de todos", afirmou o parlamentar. Ele também destacou que a iniciativa foi elaborada para acompanhar as mudanças previstas na legislação nacional sobre a atuação dos municípios na segurança pública.

A ausência de um registro localizado no sistema público impede, por enquanto, a verificação independente da redação proposta, da relação dos parlamentares signatários e das etapas formais de tramitação. Isso não significa necessariamente que o documento não tenha sido protocolado, mas que sua apresentação formal ainda não pôde ser confirmada por meio da consulta pública.

Mudanças nacionais

A movimentação no Paraná ocorre após o Senado Federal aprovar, na terça-feira (3), a PEC 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública. O texto concluiu sua tramitação no Congresso Nacional e foi encaminhado à promulgação.

A proposta amplia a integração entre União, estados e municípios no enfrentamento da criminalidade e incorpora o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) à Constituição Federal. Entre as mudanças está a possibilidade de criação de polícias municipais, mediante o cumprimento de critérios legais relacionados à formação dos agentes, à capacidade financeira dos municípios e aos mecanismos de fiscalização.

A aprovação não significa, entretanto, que todas as guardas municipais serão automaticamente transformadas em polícias. A mudança dependerá da promulgação da emenda constitucional e da observância das exigências previstas na legislação.

A PEC também estabelece mecanismos de cooperação entre os órgãos de segurança pública, compartilhamento de informações e integração de sistemas utilizados pelas diferentes esferas de governo.

Curitiba inicia estudos

Na capital paranaense, o prefeito Eduardo Pimentel anunciou, também na quarta-feira (4), que determinou o início dos procedimentos preparatórios para transformar a Guarda Municipal de Curitiba em Polícia Municipal. A decisão envolve estudos técnicos, jurídicos e administrativos conduzidos pela Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito. Segundo a prefeitura, o objetivo é preparar a estrutura municipal para a eventual implementação do novo modelo de organização previsto na Constituição Federal.

A administração municipal informou que a preparação aproveitará a estrutura já existente, incluindo unidades especializadas, equipes de patrulhamento preventivo e investimentos na ampliação do efetivo. Apesar do início dos estudos, a corporação permanece com suas atuais atribuições. A mudança de denominação e de organização institucional dependerá da conclusão das etapas legais necessárias.

Tramitação indefinida

A proposta anunciada por Evandro Araújo ainda precisa ter sua apresentação formal confirmada para que seja possível acompanhar as etapas de tramitação na Assembleia Legislativa. Uma vez apresentada, a PEC deverá observar o procedimento previsto para alterações na Constituição estadual, incluindo a análise de admissibilidade, a apreciação pelas instâncias legislativas competentes e a votação em plenário, conforme as regras constitucionais e regimentais aplicáveis.

A iniciativa também deverá ser examinada à luz da redação definitiva da emenda federal, especialmente para verificar a necessidade e o alcance de eventuais adaptações na Constituição do Paraná.

Outro aspecto é a mudança na composição da Assembleia Legislativa a partir de 2027. Evandro Araújo não conseguiu a reeleição em outubro e encerrará seu mandato ao final da atual legislatura. Caso a matéria não seja concluída até lá, seu andamento dependerá das regras de continuidade das proposições legislativas e das deliberações da nova composição parlamentar.

A discussão estadual ocorre, portanto, em um momento de reorganização das competências municipais na segurança pública. Enquanto Curitiba prepara estudos administrativos, a Assembleia poderá analisar a adequação da Constituição paranaense ao novo modelo nacional. Por enquanto, entretanto, a iniciativa permanece publicamente conhecida pelas declarações de seu autor, sem que o texto anunciado e suas 23 assinaturas tenham sido disponibilizados para consulta e conferência independente no sistema de proposições da Alep.

A movimentação no Paraná ocorre após o Senado Federal aprovar, na terça-feira (3), a PEC 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública. O texto concluiu sua tramitação no Congresso Nacional e foi encaminhado à promulgação

Senado Federal libera renegociação de dívidas nos últimos 120 dias de mandato

Nova regra permite trocar empréstimos por contratos mais vantajosos no fim da gestão; Paraná já estuda renegociar cerca de R$ 3 bilhões da dívida estadual, mas não confirmou uso da autorização

Da Redação
Cascavel

●O Senado Federal aprovou, na quarta-feira (4), uma mudança nas regras de endividamento de estados e municípios que permite a renegociação de empréstimos nos últimos 120 dias do mandato de governadores e prefeitos. A medida abre uma nova possibilidade para a administração estadual do Paraná, que já havia anunciado, em março deste ano, estudos para renegociar ou substituir aproximadamente R$ 3 bilhões em contratos considerados financeiramente menos vantajosos.

A alteração consta do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 50/2026, de autoria do senador Renan Filho (MDB-AL), e modifica a Resolução 43/2001, que estabelece limites e condições para operações de crédito dos governos estaduais e municipais. O texto foi aprovado pelo Plenário e encaminhado à promulgação.

Pelas regras anteriores, governadores e prefeitos estavam impedidos, salvo exceções específicas, de contratar operações de crédito nos quatro meses finais de seus mandatos. A restrição busca limitar a contratação de novas obrigações financeiras durante a transição entre administrações

Com a mudança aprovada, passa a ser admitida a contratação de empréstimos destinados exclusivamente à reestruturação ou à recomposição do principal de dívidas já existentes, desde que a operação ofereça condições financeiras mais vantajosas. A autorização não permite a obtenção de recursos livres para financiar novas despesas nem o aumento do endividamento por meio dessas operações.

Paraná

No Paraná, a mudança ocorre em um momento em que o governo estadual já havia identificado oportunidades para reduzir os custos de sua dívida pública. Em 18 de março, a Secretaria de Estado da Fazenda informou que aproximadamente R$ 3 bilhões em operações consideradas menos vantajosas estavam sendo analisados prioritariamente para possíveis renegociações, reestruturações ou substituições.

Na ocasião, a pasta informou que a dívida consolidada do Estado era de aproximadamente R$ 30 bilhões. O levantamento vinha sendo conduzido pela Diretoria do Tesouro Estadual, com a participação de instituições financeiras e organismos multilaterais, para identificar alternativas capazes de melhorar as condições de financiamento e o perfil dos compromissos assumidos pelo Paraná.

Entre as possibilidades avaliadas estavam a substituição de contratos por operações com custos menores e a reorganização das condições de pagamento, respeitando os limites estabelecidos pela legislação fiscal.

A Secretaria da Fazenda não informou, naquele anúncio, quais contratos integravam o conjunto de R$ 3 bilhões sob análise, nem apresentou uma estimativa da economia que poderia ser obtida com as eventuais mudanças.

Também não há confirmação de que o governo paranaense pretenda utilizar especificamente a nova autorização aprovada pelo Senado. Os estudos anunciados em março antecedem a aprovação da resolução e não representam, por si só, uma decisão de contratar novas operações.



Denúncia aponta possíveis restrições em licitação de paisagismo Divulgação

Regras para renegociar

O texto aprovado pelo Senado estabelece condições para impedir que a flexibilização seja utilizada como mecanismo de ampliação de despesas no encerramento dos mandatos.

A nova autorização se restringe à substituição de obrigações financeiras existentes. Assim, um governo poderá contratar uma operação para reorganizar uma dívida anterior, mas não poderá utilizar esse mecanismo para obter dinheiro adicional destinado a obras, custeio ou outros gastos.

Outra exigência é a demonstração da vantagem econômica da renegociação. Antes da contratação, estados e municípios deverão divulgar em seus sites oficiais a metodologia e os cálculos utilizados para comparar o valor presente da dívida original com o da nova operação.

Essa comparação permite verificar se a substituição efetivamente oferece condições financeiras mais favoráveis, considerando os compromissos de pagamento previstos nos contratos.

A medida não elimina as demais exigências legais aplicáveis às operações de crédito, incluindo os limites de endividamento e as regras de responsabilidade fiscal.

Result
CONSULTORIA EMPRESARIAL
✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade
Impulsionando negócios, gerando resultados
Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso
Auditoria de Impostos
Consultoria Tributária
Revisão de Processos
Padronização de Processos Fiscais
Restituição ou Compensação de Tributos
Contato
(45) 3252-3800
(45) 99922-5909
resultconsultores.com.br
result@resultconsultores.com.br
R. Pedro dos Santos Ramos, 760, Jardim La Salle, Toledo-PR

PÓS FAG

Programa de
PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU



Conheça os cursos
fag.edu.br/pos

PROGRAMA
GLOBAL CONNECTION

@centrofag

FAG CENTRO UNIVERSITÁRIO

Futsal feminino Stein Cascavel estreia na Libertadores da América neste sábado contra a Universidad de Chile

A luta do Stein pelo tri da América

O time cascavelense venceu a Libertadores da América duas vezes e pode se tornar o maior campeão da América

LUCIANO NEVES
Cascavel

● O Stein Cascavel vem fazendo uma temporada impressionante até agora. O comandado por Márcio Coelho está envolvido em duas competições de maneira simultânea. E é finalista em ambas: Campeonato Paranaense da Série Ouro e Liga Feminina de Futsal (LFF). Mas o time só poderá entrar em quadra depois da disputa da Libertadores da América de futsal feminino. Aliás, o Stein se credenciou para a competição continental e se credenciou para a Libertadores depois ter sido campeão da Supercopa de futsal.

Isso significa que o Stein pode fechar a temporada com 100% de aproveitamento e vencer todas as competições que disputa. Claro que, para isso, é necessário ser campeão da Libertadores. O foco total é esse mesmo nesta semana.

O Stein Cascavel estreia na Libertadores da América neste sábado (07) contra a Universidad de Chile. A equipe de Coelho está no Grupo B, que tem ainda Exa Ysaty, do Paraguai, Llaneros FC, da Colômbia, Universidad de Chile, do Chile, e Deportivo La Unión, do Equador. A equipe fará quatro partidas na primeira fase, todas no Multideportivo Ferro Carril Oeste, em Buenos Aires.

Depois do confronto contra as chilenas, oStein terá um dia de descanso antes de voltar à quadra na segunda-feira (9), diante do Deportivo La Unión. Na terça-feira (10), enfrentará o Llaneros FC e, na quarta-feira (11), encerrará sua participação na fase de grupos contra o Exa Ysaty. Todos os compromissos estão marcados para às 14h30, no horário de Brasília. "Sabemos que teremos um desafio muito grande na Argentina. Caímos em uma chave difícil, com equipes que estão se reforçando com atletas brasileiras. Precisamos chegar à competição no nosso melhor nível, com muita atenção aos detalhes, desde a arbitragem até o piso e a bola. Queremos apresentar o melhor desempenho desde o primeiro jogo e evoluir ao longo da competição, respeitando todos os adversários e mantendo a confiança no trabalho que construímos durante o ano", disse o treinador.

O Grupo A tem Ferro Carril Oeste, da Argentina, Peñarol, do Uruguai, Victor Muriel, da Bolívia, Caracas, da Venezuela, e Mecatrónica, do Peru. Na primeira fase, os times se enfrentam entre si em turno único e os dois primeiros colocados avançam para as semifinais para se enfrentarem em cruzamento olímpico (primeiros contra segundos). As semifinais serão realizadas na próxima sexta (13) e a grande decisão será no sábado (14).

O Stein Cascavel é bicampeão da Libertadores da América e venceu as edições de 2023 e 2024. Ou seja, se conseguir o tricampeonato neste ano se tornará o maior campeão da América. Outros três times brasileiros também têm dois títulos: Female de Chapecó, Barateiro de Brusque e Taboão da Serra.

Quando levantou a taça pela primeira vez, o Stein Cascavel jogou no Paraguai. Depois, no ano seguinte, o bicampeonato ocorreu em solo boliviano. Agora, a busca do tri será na Argentina. Segundo Coelho, o Stein terá um ambiente ainda mais hostil, já que os argentinos são apaixonados por futsal. "Na Argentina, sem dúvida, vai ser especial. Eu tive a experiência de disputar uma competição lá com a Seleção Brasileira. Tem uma atmosfera diferente. Os argentinos sabem como ninguém fazer a festa nas arquibancadas. E não tenho dúvida que será assim no ginásio do Ferro Carril, que também é um time tradicional na Argentina", disse o treinador.

Antes do embarque para Buenos Aires, o Stein Cascavel se despediu da torcida no ginásio da Neva com a vitória por 3 a 1 sobre o Londrina, na partida de volta das semifinais do Paranaense da Série Ouro. Coelho avalia que este foi o melhor teste para a disputa da Libertadores. "A gente tinha muita coisa envolvida durante a preparação para a Libertadores. Tínhamos a semifinal da Liga Feminina de Futsal (LFF), tínhamos as semifinais do Paranaense... E era difícil manter o foco de manter exclusiva na Libertadores. Conseguimos a passagem para estas duas finais, Liga e Paranaense. E conseguimos aproveitar muitas coisas dos jogos contra o Londrina. É um time muito aguerrido, lembra muitas coisas desses rivais da América do Sul. E foi nisso que a gente se apegou", disse.



O Stein Cascavel quer a terceira taça da glória eterna Conmebol



O Stein usará o uniforme rosa na Liberta Assessoria Stein

Números

O Stein Cascavel chega para a disputa da Libertadores da América com números excelentes na atual temporada. A equipe de Coelho fez 33 jogos oficiais com 31 vitórias, um empate e apenas uma derrota, um aproveitamento de 94,9%. Nas duas conquistas anteriores da Libertadores, o Stein venceu de maneira invicta. O time nunca foi derrotado num jogo internacional.



Fórmula 1 Com 14 pontos somados até aqui, Bortoleto vem construindo uma temporada consistente em meio ao processo de desenvolvimento da Audi

Bortoleto mira nova história em Interlagos

O GP de São Paulo será disputado neste domingo (08), em Interlagos, pela 22ª2/3 etapa da temporada 2026 da Fórmula 1. O treino classificatório que define o grid de largada será neste sábado (07)


Gabriel Bortoleto será um dos brasileiros no grid Miguel Schincariol

GAZETA ESPORTIVA
São Paulo

● Depois de uma passagem frustrante por Interlagos em 2025, Gabriel Bortoleto chega ao GP de São Paulo de 2026 determinado a escrever uma história diferente. O brasileiro afirmou que aprendeu com os erros que levaram à forte batida na temporada passada e destacou a evolução no controle emocional para encarar a corrida em casa. "O GP do Brasil do ano passado foi especial para eu sentir o que realmente é o amor e o carinho dos brasileiros. Acho que você pode imaginar tudo isso, mas só entende de verdade o que significa correr em casa quando está prestes a entrar no carro, coloca o capacete e ouve toda a arquibancada gritando e torcendo por você. É uma sensação única, que vou lembrar para o resto da minha vida", disse.

Gabriel Bortoleto está em sua segunda temporada na Fórmula 1. Titular da Audi, que estreou no grid em 2026, o brasileiro foi escolhido para liderar o projeto da montadora alemã e destacou a importância de respeitar o processo de crescimento da equipe. O piloto de 22 anos levou na brincadeira quando foi chamado de "veterano" da Fórmula 1, mas aproveitou para contextualizar seu momento na categoria. "Veterano? Calma, pô. Tem cara aqui há 15 anos. Eu tenho dois anos de Fórmula 1 e os caras querem me chamar de veterano? Brincadeiras à parte, acho que tem sido muito bom. Eu coloco muita expectativa sobre mim mesmo e acho que o Brasil também acaba colocando. Estou em um caminho diferente, e a gente precisa deixar isso claro. Precisamos respeitar esse projeto de uma maneira única. A Audi me contratou quando poucos acreditavam", afirmou. Com 14 pontos somados até aqui, Bortoleto vem construindo uma temporada consistente em meio ao processo de desenvolvimento da Audi. O brasileiro acredita que os resultados poderiam ser ainda melhores não fossem alguns problemas mecânicos, punições e dificuldades nas largadas, fatores que custaram posições importantes ao longo do campeonato. "Claro que tivemos altos e baixos, quebras e problemas que custaram oportunidades, mas tudo isso fazia parte do processo. Não dá para esperar que uma equipe nova chegue à Fórmula 1 e imediatamente dispute vitórias. Estamos construindo algo sólido, passo a passo, para chegar ao grupo da frente. E eu não tenho dúvidas de que vamos chegar lá. A Audi nunca entrou em uma categoria sem se tornar competitiva, e não será diferente na Fórmula 1", completou.

NÚMERO 2
Gabriel Bortoleto está em sua segunda temporada na Fórmula 1. Titular da Audi, que estreou no grid em 2026, o brasileiro foi escolhido para liderar o projeto da montadora alemã

Por fim, o brasileiro projetou os próximos passos da Audi. Embora a marca tenha estabelecido publicamente 2030 como meta para disputar títulos, Bortoleto acredita que a equipe poderá começar a incomodar as concorrentes antes disso. "O objetivo público é 2030, mas isso não significa que vamos esperar até lá para sermos competitivos. Vejo 2027 como um ano de consolidação, com mais estabilidade e menos problemas. Já 2028 pode ser o momento de dar um salto maior e começar a brigar mais perto da frente", disse. "Mas é importante manter os pés no chão. Não dá para imaginar que, de um ano para o outro, estaremos lutando pelo título. Este é apenas o segundo ano do projeto Audi. O Mattia fala em 2030, eu continuo dizendo para ele que tem que ser antes, e esse também é o nosso objetivo dentro da equipe. Mas queremos chegar lá da forma certa, construindo algo sólido e duradouro", finalizou.

O GP de São Paulo será disputado neste domingo (08), em Interlagos, pela 22ª etapa da temporada 2026 da Fórmula 1. O treino classificatório que define o grid de largada será neste sábado (07).

Grêmio defende a vantagem contra o Galo neste sábado

Primeiro finalista da Copa do Brasil será definido neste sábado. Tricolor Gaúcho pode perder por um gol de diferença

Da redação
Cascavel

● A estreia da Copa Truck no Autódromo Internacional de Chapecó pode representar outro marco histórico para a maior categoria de caminhões no mundo. Neste domingo (1º), Leandro Totti vai acelerar com o Iveco da Vannucci Racing em posição privilegiada para conquistar o título da classe PRO por antecipação, feito inédito na competição. A rodada que será disputada no Oeste de Santa Catarina é a oitava e penúltima do calendário, que ainda reserva outra estreia: o encerramento da temporada 2026 está marcado para os dias 28 e 29 de novembro no Autódromo Internacional Nelson Piquet, em Brasília (DF).

O "Marvado" chega a Chapecó na esteira de uma campanha dominante como poucas vezes viu a Copa Truck. Em 14 corridas disputadas até aqui, o paranaense de Ibiporã conquistou oito vitórias, dez pódios, três poles e soma 226 pontos. Seu concorrente mais próximo é outro piloto da Iveco: o paulista Raphael Abbate, da Usual Racing, que tem uma vitória, cinco pódios e reúne 163 pontos até o momento.

Outros quatro pilotos também seguem matematicamente na disputa: Pedro Perdoncini (Full Time, 156 pontos), Danilo Dirani (Iveco Usual Racing, 155), Paulo Salustiano e Felipe Tozzo (ambos da Full Time, com 143 e 139 pontos, respectivamente).

A pontuação máxima que um piloto pode registrar em cada etapa é de 45 pontos, sendo 24 pela vitória na Corrida 1, 20 pelo triunfo na Corrida 2 e um ponto de bonificação pela pole position. Desta forma, 90 tentos ainda estão em jogo nesta reta final de temporada. Levando em conta que Abbate pode alcançar 253 pontos, Totti alcançaria essa marca ao somar 27 tentos no fim de semana em Chapecó e, assim, não seria ultrapassado por nenhum oponente, mesmo em caso de empate na pontuação, graças à vantagem no número de vitórias (critério de desempate).

NÚMERO 9
O Grêmio **tem cinco títulos da Copa do Brasil** e chegou nove vezes na final do torneio


O Grêmio venceu o Galo por 2 a 0, na ida Lucas Uebel

Outro aspecto que joga a favor de Leandro diz respeito aos descartes. Pelo regulamento, ao término da etapa de Chapecó serão descartados os dois piores resultados de cada piloto, desconsiderando desclassificações. Como zerou nas duas corridas na rodada de Santa Cruz do Sul (RS), em abril, o competidor não tem mais o que descartar.

Desta forma, Totti depende apenas de si para ser campeão em Santa Catarina. Embora 27 pontos sejam o suficiente para assegurar a conquista independentemente dos resultados dos adversários, basta uma vitória na Corrida 1 para o líder do campeonato faturar o título. Neste cenário, o piloto chegaria a 250 pontos e, mesmo que Abbate conquiste a pole, termine em segundo lugar e marque todos os 65 pontos restantes até o fim da temporada, sua pontuação final seria de 249.

Theo Manna busca da primeira vitória na temporada

Da assessoria
● O Moto1000GP está chegando à sua fase decisiva e realiza, neste fim de semana, em Cascavel, a penúltima etapa da temporada 2026. Theo Manna, piloto da Ipiranga Lubrificantes, chega ao circuito do oeste paranaense motivado a manter a regularidade que tem marcado sua campanha e, principalmente, a buscar sua primeira vitória no campeonato.

Após seis etapas, Theo ostenta uma marca expressiva: subiu ao pódio em todas as rodadas do ano, em pelo menos uma das corridas. Das 12 provas disputadas até aqui, o piloto da BMW S1000 RR #77 esteve entre os três primeiros em oito oportunidades, com dois segundos lugares e seis terceiros. Agora, com apenas duas etapas pela frente, o objetivo é dar o próximo passo, alcançar o degrau mais alto do pódio e conquistar a primeira vitória.

"As expectativas são boas. Chegaremos a Cascavel com uma moto mais forte do que na nossa última passagem por lá, devido ao trabalho que temos feito com o equipamento ao longo do ano. Temos condições para buscar um desempenho melhor do que da outra vez. Estou confiante em um resultado positivo. Além disso, tive mais tempo para focar na minha preparação e isso pode fazer diferença nesta pista, que é a mais rápida do calendário. Acredito que teremos corridas bem disputadas e divertidas. Vamos para cima buscar a primeira vitória do ano", enfatiza Theo Manna.


Theo Mana corre em Cascavel Assessoria

Terceiro colocado na classificação da GP1000, com 136 pontos, Theo está a 36 pontos do vice-líder Eric Granado e a 63 do líder Maxi Scheib. Com quatro corridas ainda pela frente e 86 pontos em disputa, o campeonato segue aberto e promete fortes emoções nas duas rodadas finais. A etapa de Cascavel será, portanto, uma oportunidade importante para o piloto da Ipiranga Lubrificantes seguir na disputa pelas primeiras posições.

Neste sábado (07), acontecem as classificações, além da corrida sprint, com 12 voltas previstas. No domingo (8), às 14h10, será realizada a corrida principal, com 21 voltas.


Maurício Moreira

SÉRIE OURO

Jogos de ida das semifinais serão hoje

●O Campeonato Paranaense da Série Ouro se aproxima do fim. Quatro equipes seguem na busca pelo título e entram em quadra neste sábado (07) para os jogos de ida das semifinais da competição. O Pato Futsal tenta fazer história e se tornar o primeiro time a conquistar quatro títulos estaduais consecutivos. Campeão em 2023, 2024 e 2025, o Pato visita o Dois Vizinhos às 20h10, no ginásio Teodorico Guimarães. Dono da melhor campanha na fase inicial, o Pato terá o privilégio de fazer o jogo de volta em casa. Na outra semifinal, Umuarama e Marreco de Francisco Beltrão jogam às 20 horas, no ginásio Amário Vieira da Costa. O Marreco foi o algoz do Cascavel Futsal nas quartas de final e busca o título inédito da Série Ouro. O time de Francisco Beltrão teve a segunda melhor campanha na fase inicial e fará o jogo de volta em casa no próximo sábado (14). Já o Umuarama, que é bicampeão estadual, passou pelo Campo Mourão na fase anterior.


FPF

COPA PARANÁ

Paraná Clube e Foz jogam neste sábado

●A Copa Paraná irá definir, neste fim de semana, os dois finalistas. O primeiro deles sairá do confronto entre Paraná Clube e Foz do Iguaçu. As duas equipes se enfrentam neste sábado (07), às 15h30, na Vila Capanema. A Gralha Tricolor tem a vantagem do empate, já que venceu o jogo de ida por 1 a 0, em Foz do Iguaçu. O Azulão da Fronteira tenta reverter a situação e precisa de uma vitória por dois gols de diferença. Se vencer por um gol provoca uma decisão por pênaltis. O classificado deste confronto fará a final da Copa Paraná com quem passar do duelo entre Paranavaí e Athletico-PR, que fazem a partida de volta das semifinais neste domingo (08), às 15 horas, no Estádio Waldemiro Wagner, em Paranavaí. No jogo de ida, na última terça-feira, em Curitiba, os dois times empataram 1 a 1. Vale lembrar que o campeão da Copa Paraná conquista uma vaga na próxima Copa do Brasil ou na Copa Sul-Sudeste de 2027.


Divulgação

SÉRIE B

Rodada pode definir os primeiros acessos

●A penúltima rodada da Série B do Campeonato Brasileiro terá sequência neste sábado (07) e pode definir os dois novos integrantes da elite nacional. Quem está muito perto do acesso é o líder Novorizontino, que tem 67 pontos, e joga contra o Fortaleza, às 16h10, no Jorge Ismael de Biasi. Ao time paulista basta uma vitória para garantir um dos dois primeiros lugares e conquistar o acesso para a Série A. Só que o Leão tem 62 pontos, já se garantiu nos playoffs, mas quer a vitória para lutar pela vaga direta. Outro que pode subir neste sábado é o Juventude. O time gaúcho é o vice-líder com 65 pontos. Para conquistar o acesso com uma rodada de antecedência terá que vencer o Cuiabá, às 20 horas, na Arena Pantanal. E ainda torcer para que Vila Nova-GO e Criciúma empatem o jogo. O duelo também será às 20 horas, no OBA. O Vila Nova tem 63 pontos e o Criciúma tem 62. A rodada pode definir ainda o quarto rebaixado. O Avaí, 17º colocado com 37 pontos, recebe o São Bernardo na Ressacada. Se não vencer o jogo estará na Série C. E, mesmo que consiga a vitória, terá que torcer para o Ceará perder para o rebaixado América-MG neste domingo (08), às 19h15, no Castelão. Além destes jogos, a rodada da Série B também tem Náutico e CRB, que jogam hoje, às 21h30, e Athletic e Atlético-GO, que se enfrentam neste domingo, às 16 horas.

Publicidade Legal

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 3/2026-PMSI

O **MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar chamamento público, visando o credenciamento de instituições financeiras constituídas sob a forma de cooperativas de crédito, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para abertura, manutenção e movimentação de contas bancárias municipais, realização de pagamentos, transferências e demais transações bancárias, bem como recebimento de depósitos e realização de aplicações financeiras de disponibilidades de caixa e demais recursos públicos municipais.
- Período de credenciamento: 10/11/2026 à 09/11/2027.
- Local: Departamento de Licitações.
A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida junto a Divisão de Licitações do Município, no horário das 07h45 às 11h45 e das 13h00 às 17h00min, de segunda a sexta-feira, ou no site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitacoes.php, demais informações Fone (0800) 090-6545 e pelo e-mail: compras@saudadedoiguacu.pr.gov.br

SAUDADE DO IGUAÇU/PR, 6 de novembro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal













PARA COMEÇAR O DIA



Tânia Moreno Camargo
taniamorenocamargo@hotmail.com

A graça de simplesmente ser



Divulgação

● Nossa psique trabalha em ritmo acelerado para deixar para trás bagagens que pesam, num processo intenso e extenuante, lutamos para nos libertarmos de tudo que nos prende, fragiliza e causa inquietude física e emocional. Estamos atentos a tudo, porém exaustos e alertas. No entanto, muitas vezes, a atitude mais produtiva é nos darmos um momento de pausa necessária.

Quando uma grande atividade externa muda de direção, isso equivale a uma movimentação tectônica de energia: a pressão se acumula pouco antes da ruptura, o que gera, coletivamente, uma sensação de confusão mental e fadiga. A exaustão que sentimos é um alerta para abrirmos mão da necessidade de controle que nos domina e determina ações impulsivas, respirarmos e serenarmos a alma para seguirmos com consciência. Dessa forma, permitimos que as coisas boas voltem a fluir e percebemos todos os movimentos positivos que nos cercam, o esgotamento e o desânimo começam a dissipar da nossa mente, limpando bloqueios invisíveis e desgastantes, permitindo que tudo volte a transcorrer naturalmente.

Ao dominarmos a impulsividade e limparmos as ondas negativas que envolvem nossas mentes e corações, sentimos alívio e prazer, abrimos espaço para uma confortável sensação de resistência sólida e bem ancorada. Sem dramas e angústias, reiniciamos uma nova forma de reorganizarmos a vida e realizarmos o que é necessário. Isso nos confere clareza para discernirmos o que, de fato, merece dispersão de energia e esforço físico e emocional daquilo tudo que somente nos proporciona desgastes e perda de tempo. Avancemos com calma e intenção, cientes de que o pânico inicial se esgotou e um dinamismo proativo está sendo reconstruído sob a luz e a serenidade de um novo tempo, no qual podemos viver graciosamente e serenamente como podemos e devemos simplesmente ser.

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

07 Sáb — 19° 24° — 22.4mm — Nublado com chuva forte durante o dia. À noite, chuva diminui de intensidade, mas não para

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

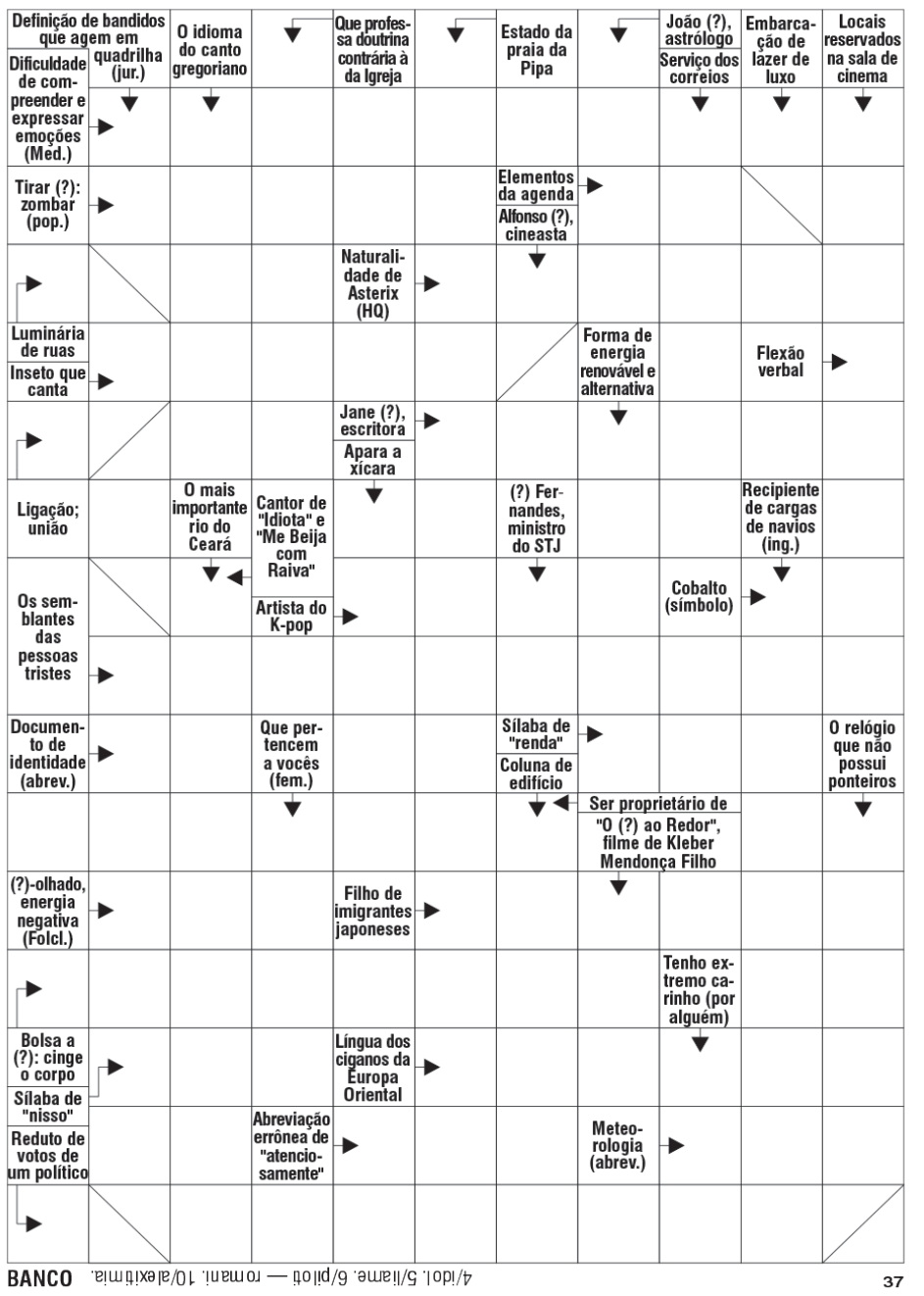
Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
19° 24°	17° 27°	22.4mm, 95% de chance	79% 96%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↑ S - 12km/h	↑ S - 51km/h	05:43h às 18:52h	Minguante

08 Dom — 15° 22° — 0.0mm — Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite de céu limpo.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
15° 22°	12° 20°	0.0mm	57% 89%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↑ S - 16km/h	↑ S - 43km/h	05:42h às 18:52h	Minguante

CRUZADAS



BANCO 4/idol. 5/lame. 6/pilott — romani. 10/alexitimia. 37



Solução

B	A	S	E	L	E	I	T	O	R	A	L			
	O	B		A	T		M	E	T					
	N	I	S		R	O	M	A	N	I				
T	I	R	A	C	O	L	O		I	G				
	M	A	U		N	I	S	S	E	I				
R	I	U	S	S	O	P			T	O				
	R	G		E	D		R	E	N					
	C	A	R	R	E	G	A	D	O	S				
	O	J		I	D	O	L		C	O				
	Ç				N	P	O	E		T				
L	I	A	M	E		A	U	S	T	E	N			
	C	I	G	A	R	A		O		E				
P	O	S	T	E		G	A	U	L	E	S			
	S	A	R	R	O		D	A	T	A	S			
	A	L	E	X	I	T	I	M	I	A				
			H		R		B							

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTIVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

O preço da terceirização

• A transferência da gestão de serviços públicos para empresas privadas costuma ser apresentada como alternativa para ampliar a eficiência administrativa, reduzir custos e melhorar a qualidade do atendimento à população. O argumento é legítimo, mas exige uma condição indispensável: a comprovação de que os resultados justificam os recursos empregados. Quando o dinheiro continua sendo público, a responsabilidade pela sua aplicação também permanece com o Estado.

No Paraná, a adoção de modelos de gestão compartilhada na educação recoloca essa discussão em evidência. A participação de empresas na administração de escolas estaduais representa uma mudança significativa na organização de um serviço essencial, historicamente conduzido diretamente pelo poder público. Mais do que um debate ideológico sobre privatização ou terceirização, trata-se de uma questão de eficiência, transparência e responsabilidade administrativa.

A promessa de modernização precisa ser acompanhada de indicadores objetivos. Não basta afirmar que a gestão privada oferece maior agilidade na contratação de profissionais ou na manutenção das unidades escolares. É necessário demonstrar, com dados verificáveis, se houve melhoria na aprendizagem, redução da evasão, maior regularidade das aulas e utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Também é fundamental examinar a estrutura financeira desses contratos. Modelos de remuneração que consideram variáveis como número de matrículas, frequência dos estudantes e carga horária efetivamente cumprida exigem mecanismos rigorosos de conferência. Afinal, informações utilizadas para calcular pagamentos não podem depender exclusivamente de registros produzidos pelas próprias empresas beneficiárias. A fiscalização deve ser permanente, independente e acessível ao controle público.

Outro aspecto relevante é a comparação entre os custos das unidades administradas diretamente pelo Estado e aquelas submetidas à gestão compartilhada. Sem parâmetros equivalentes, qualquer conclusão sobre economia ou eficiência corre o risco de se apoiar mais em expectativas do que em evidências. A avaliação precisa considerar as particularidades de cada escola, as condições de infraestrutura, o perfil dos estudantes e os resultados educacionais alcançados.

A terceirização também não pode significar o enfraquecimento da capacidade estatal de planejar, supervisionar e corrigir problemas. Pelo contrário, quanto maior a participação de agentes privados na execução de políticas públicas, mais robustos devem ser os instrumentos de controle. Contratos de longa duração e valores expressivos tornam essa exigência ainda mais importante.

É preciso reconhecer que a administração direta também enfrenta dificuldades, incluindo burocracia, limitações operacionais e problemas históricos de gestão. Entretanto, essas deficiências não constituem, por si só, prova de superioridade do modelo privado. A escolha entre diferentes formas de administração deve ser orientada por resultados concretos, e não por convicções previamente estabelecidas.

O verdadeiro preço da terceirização não está apenas no valor registrado em contrato. Está na capacidade de garantir que cada real investido produza benefícios mensuráveis para a sociedade. Na educação, esse compromisso assume dimensão ainda maior, porque envolve a formação de milhares de estudantes e o futuro do próprio Estado.

A eficiência prometida precisa ser demonstrada. E a responsabilidade por essa demonstração é, antes de tudo, do poder público.

Depressão em novos juízes é desafio aos gestores judiciários

Vladimir
PASSOS DE FREITAS

**Presidente da Academia Paranaense de Letras Jurídicas (APLP), professor de Direito Ambiental e Sustentabilidade, pós-doutor pela FSP/USP, mestre e doutor em Direito pela UFPR, desembargador federal aposentado e ex-presidente do TRF-4. Foi secretário nacional de Justiça, promotor de Justiça em SP e PR, presidente da International Association for Courts Administration (Iaca), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (Ibrajus).*

A Opas (Organização Pan-Americana de Saúde) define a depressão como um transtorno comum, mas sério, que interfere na vida diária, capacidade de trabalhar, dormir, estudar, comer e aproveitar a vida. É causada por uma combinação de fatores genéticos, biológicos, ambientais e psicológicos.

A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera a depressão e dela trata na DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), sendo que a prevalência de depressão na rede de atenção primária de saúde é 10,4%, isoladamente ou associada a um transtorno físico.

A depressão frequentemente vem acompanhada pela ansiedade, que é um estado de apreensão ou medo diante de situações de incerteza ou perigo, e da Síndrome de Burnout, que é um estado de exaustão física, mental e emocional que é causado por estresse prolongado ou excessivo.

Ela é comum nas pessoas na terceira idade, por força de fatores diversos como solidão, abandono, agravado pela prática de filhos deixarem o Brasil, falta de perspectivas existenciais, dificuldades financeiras, decadência física, insegurança pública, dificuldades de gerir suas necessidades por força da informática e mudança radical de valores.

No entanto, é flagrante que a depressão deixou de ser privilégio de idosos, passando a atingir jovens de forma crescente. Registra o site da Unicuritiba que a saúde mental dos jovens adultos atingiu níveis alarmantes. Pela primeira vez, a chamada "curva em U da felicidade", que historicamente mostrava o auge da infelicidade na meia-idade, mudou: hoje, são os jovens entre 18 e 29 anos que apresentam os maiores níveis de tristeza em todo o mundo.

Um sintoma de fácil percepção desta situação é o desinteresse das novas gerações em ter filhos. É óbvio que tal posicionamento revela pessimismo, descrença na vida e medo do futuro.

A afirmativa pode gerar surpresa. Afinal, como imaginar depressão em alguém que conquistou posição de destaque, disputadíssima e bem remunerada? Mas as coisas não são assim tão simples.

O perfil dos novos juízes é o de pessoas jovens oriundas da classe média. A maioria cumpriu a exigência de três anos de prática forense e lançou-se ao concurso. Até a aprovação alguns anos se passaram e lá, com seus 28 anos, por vezes mais, poucos superando 35, assumem o cargo. Por óbvio, como quase tudo na área, não há números precisos, pois não há preocupação com tal tipo de pesquisa no Brasil.

Qual a experiência de vida dos novos magistrados? Regra geral, pequena. Uma suposta advocacia que, para justificar os três anos, por vezes limita-se a assinaturas de petições de colegas. Cargos intermediários no Judiciário, com atuação em matéria especializada. Muito raramente advogado praticante delegado de Polícia ou oficial da Polícia Militar.

E assim iniciam as suas vidas profissionais, enfrentando situações complexas, como menores vítimas de abuso sexual sem ter local para serem acolhidos, crimes envolvendo acusados de facções criminosas, pressão na mídia em causas de apelo popular (p. ex., animais domésticos), tudo em meio a um colossal número de processos.

Com excelentes conhecimentos jurídicos, pouca experiência de vida e estrutura de trabalho que deixa a desejar, logo percebem que os problemas são maiores do que imaginavam. E vem o desânimo, a depressão. Há, inclusive, casos de suicídio. Mas as causas não são apenas estas, outras há pouco conhecidas ou comentadas.

Vivemos tempos de cobrança de metas e de resultados. E na magistratura não é diferente. As ações tramitam velozmente, o processo eletrônico não tem espaços de tempo entre petição e conclusão, a pressão por uma decisão ou sentença rápida é permanente. Saber que em dois dias dezenas de processos passaram a aguardar sentença, decididamente não faz bem à saúde. Tudo isto sem falar no atendimento a advogados, algo que no Brasil é feito de forma exagerada e muitas vezes desnecessária, como em caso de uma simples petição requerendo provas.

A cobrança de resultados é importante, normal e existente em todos os países, de diferentes formas. O perigo é que elas se tornem excessivas e que passem a ser um tormento para o magistrado e causa de adoecimento. Vejamos.

Em dezembro de 2025, o CNJ promoveu o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Foram aprovadas 10 Metas para o Judiciário em 2026. As metas 1 e 2 foram julgar mais processos do que os distribuídos e os mais antigos. Metas 3 e 8, estimular a conciliação e a inovação. Depois, de 4 a 10, as prioridades, que vão desde crimes contra a Administração Pública, improbidade, eleitoral até violência doméstica, ambiental, indígenas, quilombolas, racismo, direitos da criança, etc. É dizer, entra tudo ou quase tudo e isto acaba equivalendo a nada ou quase nada.

Esta proposta ambiciosa, junto com prazo de realização de audiências, prazo de agendamento de reunião com advogados, cadastros, fluxos processuais, recomendações e orientações, pressionam os magistrados, sujeitando-os a uma cobrança disciplinar a qualquer momento. Basta que tenham algo com prazo descumprido para terem que prestar contas.

A remuneração dos juízes deve ser alta, a fim de que possam ter uma vida digna e cômoda, sem necessidade de pedir ou aceitar favores que sempre vêm acompanhados por pedidos de favorecimento. No entanto, supor que disto venha a felicidade é uma ilusão atoa.

Ingressei na Justiça Federal em 1980, em Porto Alegre, recebendo vencimentos de Cr$ 97,000,00, aproximadamente. Isto equivalia, à época, a U$ 1.841,91. Convertida dita importância a reais hoje, alcançariam R$ 9.000. Seria este o salário correspondente? Talvez sim, talvez não. É possível que o dólar tenha perdido valor e que hoje alcançasse R$ 12.000 ou R$15.000. Mais do que isto não, pois bem me lembro do rigoroso controle orçamentário a impedir-me de qualquer gasto além de moradia, alimentação e escola para três filhos.

Apesar disto, eu e meus colegas trabalhávamos felizes, plenamente realizados e sem qualquer indício de depressão. E posso afirmar que o mesmo se dava em todo Brasil. Fácil é ver que dinheiro é essencial, mas não é tudo, mas poucos enxergam.

Aí um fator que certamente influi no crescimento da depressão. As notícias veiculadas pela mídia nos últimos tempos resultaram em uma compreensível revolta da população e uma diferença de tratamento significativa. É inquestionável que isto afeta aqueles que ingressaram na magistratura com orgulho e com o ideal de bem servir. Tal fato dispensa mais palavras.

Uma velha crença pode levar a crer que a depressão só atinge os mais fracos. Puro engano. Roque Marcos Savioli, médico com larga experiência no assunto, observa que pessoas respondem às dificuldades da vida de forma diferente, ou seja, tem gente que sente mais do que outras. Portanto, o fato de um juiz reagir de forma mais sensível do que outro não significa que seja fraco, frágil. As pessoas são diferentes.

Mas, como deverá agir o Corregedor diante de tal situação? Simplesmente aceitar as diferenças e permitir que uma Vara ou Gabinete permaneçam em constante atraso?

Não, por certo. Deve tratar o caso com humanidade, estimular apoio psicológico, se for possível acomodar a pessoa em setor que trate de outra matéria, tentar, enfim, todas as formas para a recuperação do magistrado como importante ator do Poder Judiciário e como ser humano.

Mas, e se nada der certo? Aí poderá tratar-se de absoluta inaptidão para o exercício do cargo. Algo que o exame psicotécnico deveria ter apurado e não o fez. Ou o fez, mas a banca não considerou. Daí nada mais resta do que colocar o magistrado em disponibilidade ou aposentá-lo. Não é possível deixar o jurisdicionado sofrendo as consequências de sua falta de condições de exercer as funções.

Os sintomas, de uma forma ou de outra, vêm sendo enfrentados. Com mais sucesso aqui, menos ali, tudo a depender do interesse verdadeiro ou desinteresse do gestor judiciário em cada caso. Mas as causas não.

Afinal, o que leva o Judiciário brasileiro a esse inchaço doentio e insolúvel? Qual a razão para o Brasil, com 214,2 milhões de habitantes, ter 11 ministros no STF e em Portugal, com 11,4 milhões de pessoas, possuir uma Suprema Corte de Justiça com 60 conselheiros e mais quatro juízes militares? E a infinidade de recursos alcançando quatro instâncias? Faz sentido?

Os candidatos à presidência da República e o ministro presidente do STF anunciam uma reforma do Judiciário. Espera-se que as causas sejam enfrentadas e que a situação retorne à efetividade que dela se exige.

A depressão dos juízes, que não é só deles, precisa ser conhecida e enfrentada. Aliás, não é privilégio desta classe de profissionais. Aqui ela é a analisada porque os reflexos causados pelo problema atingem um número maior de pessoas. Maturidade, humanidade e energia são necessárias para a correção de rumos.

Política & CIA

Favorito à presidência da Alep

A DISPUTA PELA PRESIDÊNCIA da Assembleia Legislativa do Paraná já movimenta os bastidores políticos, mesmo antes da posse dos novos deputados. O nome que desponta como favorito é o do deputado estadual Delegado Jacovós (PL), apontado como preferido do governador eleito Sergio Moro para comandar a Casa no próximo biênio. A articulação coloca o parlamentar em posição privilegiada numa disputa que envolve não apenas o comando administrativo do Legislativo, mas também a relação entre a Assembleia e o futuro governo estadual. A preferência atribuída a Moro tem peso político. O próximo presidente da Alep será responsável por conduzir as sessões, organizar a pauta de votações e exercer influência sobre a tramitação de projetos de interesse do Executivo. Para o governador eleito, contar com um aliado na presidência pode facilitar as negociações com as bancadas e a formação de uma base parlamentar capaz de sustentar as primeiras medidas da administração. Mas a eleição está longe de ser uma formalidade. Luiz Fernando Guerra (Novo) e Gugu Bueno (PSD) também aparecem nas articulações para o cargo. A movimentação envolve partidos que precisarão definir seu espaço na nova configuração de poder estadual. Embora Jacovós largue na condição de favorito, a escolha dependerá da capacidade de reunir votos entre os deputados. A eleição da Mesa Diretora está prevista para fevereiro de 2027. Até lá, a disputa deverá funcionar como um dos primeiros testes da força política de Moro na Assembleia e da disposição das diferentes bancadas em negociar com o futuro governo.

Licitação sob suspeita

O TCE-PR identificou exigências excessivas e possível favorecimento de marcas em licitação de kits escolares de Ponta Grossa. A decisão, que impede a renovação da ata, transitou em julgado em agosto. A prefeitura já abriu novo pregão, estimado em R$ 7,59 milhões. A disputa está marcada para 19 de novembro.

Crime nas urnas

O Ministério Público Eleitoral contestou pelo menos 42 candidaturas em dez estados por suspeitas de vínculos com o crime organizado. Em 22 casos, houve impedimento do registro ou renúncia. Parte dos processos ainda aguarda julgamento. A ofensiva amplia a discussão sobre os mecanismos de controle das candidaturas e o financiamento eleitoral.

Contas abertas

A transição entre Ratinho Junior e Sergio Moro começou oficialmente em 5 de novembro. O Decreto 15.525/2026 prevê levantamento de contratos, despesas e compromissos administrativos. O processo deverá oferecer ao governador eleito um retrato das finanças estaduais e das obrigações que encontrará ao assumir o Palácio Iguaçu.

Alívio tributário

Maria Victoria (PP) pediu ao governo estadual medidas emergenciais para famílias e empresas atingidas pelos temporais em Maringá e Marquinho. Entre as propostas estão a suspensão temporária de cobranças de água e energia e a prorrogação do ICMS por 90 dias. A concessão dos benefícios ainda depende de decisão do Executivo.

Código Florestal

A Assembleia Legislativa realizará, na terça-feira (10), audiência pública sobre o PL 80/2026, que propõe mudanças na política ambiental do Paraná. O debate envolve proteção da vegetação nativa, atividades produtivas e compatibilidade com a legislação federal. A tramitação promete mobilizar diferentes setores durante a transição de governo.

Inclusão na pauta

Dois projetos voltados aos direitos das pessoas com deficiência entram na pauta da Assembleia na segunda-feira (9). As propostas tratam da criação do Estatuto Paranaense da Pessoa com Síndrome de Down e do Estatuto da Pessoa com Doenças Raras. A discussão envolve garantias de atendimento, inclusão social e políticas públicas estaduais.

Nova licitação

A Prefeitura de Ponta Grossa abriu um novo pregão para adquirir 28.369 kits escolares, com valor máximo de R$ 7,59 milhões. A disputa será realizada no dia 19. O novo edital surge após a decisão do TCE-PR que impediu a renovação de uma ata anterior por exigências consideradas excessivas. Os materiais serão destinados à rede municipal de ensino.

Bancada insuficiente

Embora tenha elegido Sergio Moro governador, o PL terá apenas 14 das 54 cadeiras da Assembleia Legislativa. O número não garante sozinho a eleição do presidente da Casa nem a aprovação dos projetos do Executivo. O futuro governo precisará negociar com outras legendas, e a composição da Mesa Diretora será um primeiro indicador dessas alianças.

Tecnologia no campo

O uso de inteligência artificial na logística agrícola também estará na pauta da Assembleia Legislativa na segunda-feira (9). O PL 61/2026 coloca em discussão a incorporação de novas tecnologias ao setor. A proposta chega ao Legislativo em um momento de crescente interesse por ferramentas capazes de melhorar o planejamento e a eficiência das operações agrícolas.

Disputa no PSD

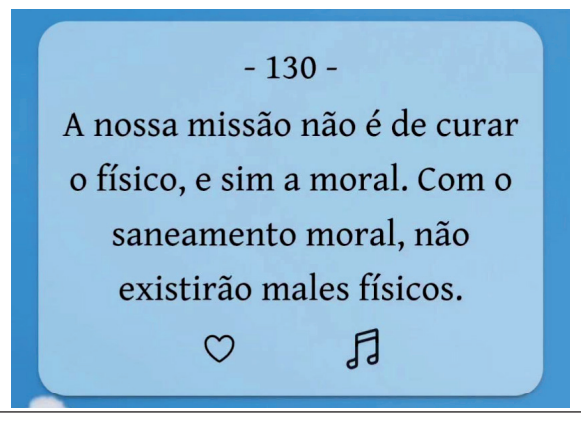
O PSD também participa das articulações pelo comando da Assembleia. Atual primeiro-secretário, Gugu Bueno aparece entre os nomes cotados para a presidência, mas enfrenta a dificuldade de pertencer a uma legenda que não integrou a coligação vencedora de Sergio Moro. O cenário coloca à prova a capacidade do partido de preservar espaço na estrutura do Legislativo.

O SUDOESTE
NÃO SE CURVA
PRA JAGUNÇO

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana





MILENA RICCI, cascavelense da gema- hoje morando em Maringá, faz pausa para as lentes da mana Ana Paula e o resultado ficou digno de porta retrato

•Bom dia!
"Um dia me disseram que minha alma é antiga. E sim, nunca estive no tempo certo das coisas e, nas das situações. A vida nem sempre me sorriu, mas eu insisti em plantar roseiras, ainda que o tempo não fosse favorável e a chuva não viesse. Tenho meus dias de tempestades e, muitas vezes, precisei me quebrar para me fazer de outro jeito. Mas eu trago em mim todos os sonhos do mundo, ainda escrevo cartas e encontro poesia em tudo o que vejo. Eu sou o inteiro de todos os pedaços que perdi".



RECORDANDO bons momentos de sua viagem a bela Paris- Aninha Brezinski, esbanjando elegância *arquivo pessoal*



JULIANE STEIN- clicada por Lori Varella

•Você não pode dormir sem saber
** Demi Lovato corta os cabelos
** Adriana Esteves usa decote em premiação
** Kevin Jonas namora em piscina de hotel no Rio
** Karlie Kloss vai a evento da Victoria Secret`s
**Candice Swanepoel exibe a boa forma em dia de academia
** Gaivota abre o bico diante da Basílica de São Pedro, no Vaticano
** De biquíni, Paloma Bernardi grava no Rio
** Mulher de David Bowie insinua que ele fará turnê de novo disco
** Usar bolinhas na decoração do casamento dá toque retrô
** Bruna Lombardi prestigia espetáculo teatral em SP

•Conselhos de sabedoria
* Tudo o que estiver sobrando na nossa casa, está fazendo falta em algum lugar.
* Eu não sei o que fui no passado... Estou preocupado em saber o que serei no futuro. Para tanto, sei que o tempo presente é fundamental.
* A ociosidade é um abismo. Quem não procura ocupar o seu tempo, tem o espírito tomado pelos pensamentos oriundos de mentes enfermas... Precisamos nos ocupar o dia todo, sendo úteis aos nossos semelhantes, cuidando da casa, do jardim, da lavagem de roupas, da varredura do quintal... A mente desocupada traz doenças para o espírito.
* Se Jesus nos recomendou perdoar setenta vezes setes vezes aos nossos inimigos, quantas vezes devemos perdoar aqueles que nos querem bem? Entre aqueles que acompanharam Jesus no primeiro momento, mesmo entre os Apóstolos, muitos eram solteiros, muitos eram casados e muitos eram viúvos, além daqueles que não puderam levar adiante os seus compromissos matrimoniais. Jesus não perguntou a ninguém pela sua condição no campo dos sentimentos. Nós é que nos habituamos a rotular as pessoas. *(Chico Xavier)*

Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

A Catedral de Cascavel e sua praça

O REGISTRO HISTÓRICO do consagrado Xico Tebaldi mostra a Catedral de Cascavel no fim da década de 1980.
Construída em arquitetura brutalista, teve sua forma inspirada no manto e na coroa de Nossa Senhora Aparecida, orago do templo e de Cascavel. Foi inaugurada em 1976, com o nome de Igreja Matriz de Cascavel.
Em 1978, com a criação da diocese, o templo foi elevado à condição de Catedral. Em 1979 deu-se a elevação da Diocese para Arquidiocese, e a denominação passou a ser Catedral Metropolitana.



Acervo Xico Tebaldi/Wikipédia

Entrega de viatura para Corbélia na década de 1970

A fotografia da década de 1970 revela investimentos no setor de segurança pública em Corbélia. A solenidade marcou a entrega de uma viatura para a delegacia local, uma reluzente rural.
Entre os policiais que aparecem na imagem, está o então prefeito José Miron Müller, que governou o município de 1º de fevereiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977."



Acervo Xico Tebaldi

Cine Império de Ponta Grossa

Do acervo de Paulo José da Costa, a fotografia mostra o tradicional Cine Império em Toledo. O registro é datado de 1943.
Inaugurado em 1939, na praça Barão do Rio Branco, o Cine Império foi o cinema mais popular de Ponta Grossa, funcionando por mais de 50 anos de forma ininterrupta, tendo encerrado suas atividades em 1992.



Nuntiare - Acervo de Paulo José da Costa / Acervo Ponta Grossa Histórica

Região central de Toledo na década de 1950

Vista a partir da avenida Maripá, entre as ruas Rui Barbosa e São João, o registro mostra a região central de Toledo, no ano de 1950. A fotografia é do acervo de Iba Mendes.
Na historiografia do Paraná, Toledo é um dos municípios com registro de colonização mais recente, datado de 1946. Na ocasião, a região ainda pertencia, politicamente, a Foz do Iguaçu quando começou a receber colonos vindos do Rio Grande do Sul.
O start da emancipação de Toledo ocorreu quando a partir da aquisição das terras da Fazenda Britânia pela "Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ", justamente com o objetivo de explorar a região junto aos gaúchos. Toledo foi oficialmente emancipada em 1951, a partir da lei estadual Nº 790.



IBGE / Prefeitura de Toledo Acervo de Iba Mendes / Acervo Paraná Histórica

País | Mundo | Economia | Tecnologia

Global

AGRO

Regularização Proposta aprovada no Senado permite retomada de atividades em áreas embargadas por infrações anteriores a julho de 2008, desde que o produtor peça adesão ao Programa de Regularização Ambiental

Projeto permite suspender embargos ambientais

Projeto aprovado em comissão do Senado permite suspender embargos ambientais enquanto produtores aguardam a regularização de imóveis rurais



MPF investiga transparência do crédito privado do agro Gilson Abreu/AEN

Cascavel
DA REDAÇÃO

O MINISTÉRIO Público Federal (MPF) instaurou um procedimento administrativo para acompanhar a transparência e a regulamentação dos mecanismos privados de financiamento do agronegócio brasileiro. A medida ocorre em meio ao crescimento das operações realizadas por meio do mercado de capitais, que movimentam centenas de bilhões de reais e apresentam desafios para a identificação dos empreendimentos efetivamente beneficiados pelos recursos. No Paraná, documentos públicos revelam uma operação de R$ 601,4 milhões realizada pela C.Vale, cooperativa agroindustrial sediada em Palotina, no Oeste do estado.

A captação ocorreu em 2025, por meio da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), títulos utilizados para levantar recursos junto a investidores. O prospecto definitivo da operação informa que os valores serão destinados à aquisição de soja em grãos e estabelece condições específicas para a comprovação dessa destinação. Embora não exista indicação de que a cooperativa seja investigada pelo MPF, a operação permite compreender o funcionamento de um dos instrumentos financeiros cuja transparência passou a integrar a agenda de acompanhamento do órgão.

O procedimento foi instaurado pela Portaria nº 40, de 28 de outubro de 2026, publicada na edição de 29 de outubro do Diário Eletrônico do Ministério Público Federal. A iniciativa partiu de solicitação do procurador da República Ricardo Augusto Negrini, que atua na área de financiamentos com significativos impactos ambientais, e foi encaminhada à estrutura da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão responsável pelo acompanhamento de biomas e financiamentos com impactos ambientais.

A proposta ainda precisa ser analisada pela Comissão de Meio Ambiente do Senado e avançar na tramitação legislativa antes de produzir efeitos

A portaria estabelece prazo inicial de um ano, prorrogável, para o acompanhamento institucional. O documento não identifica empresas investigadas, não aponta operações financeiras irregulares e não apresenta acusações contra instituições específicas. Seu objeto está relacionado à evolução da regulamentação e à transparência dos mecanismos privados utilizados para financiar atividades agropecuárias.

Operação milionária no Oeste

A dimensão desse mercado no Paraná pode ser observada na operação realizada pela C.Vale, uma das principais cooperativas agroindustriais do Oeste paranaense. Conforme o prospecto definitivo e as demonstrações financeiras da entidade, a cooperativa participou de uma emissão de CRAs que totalizou R$ 601,4 milhões.

A operação corresponde à 417ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio, estruturada em três séries e lastreada em Cédulas de Produto Rural (CPRs) financeiras emitidas pela cooperativa. Os títulos possuem vencimentos previstos para 2030 e 2032.

Nesse modelo, a cooperativa assume obrigações financeiras vinculadas às CPRs, enquanto a securitizadora estrutura os recebíveis em títulos destinados a investidores. A captação permite acessar recursos fora das modalidades tradicionais de financiamento bancário, ampliando as alternativas disponíveis para custear atividades e compromissos relacionados à produção agropecuária.

O prospecto definitivo informa que os recursos da emissão serão destinados à aquisição de soja em grãos. O documento também estabelece que não haverá verificação periódica dessa destinação pelo agente fiduciário, conforme as condições previstas para a operação. Caso uma autoridade competente solicite comprovação, a cooperativa deverá apresentar a documentação exigida.

Essa disposição não representa, por si só, irregularidade ou ausência de fiscalização. A operação está sujeita às normas aplicáveis ao mercado de capitais e às obrigações previstas nos documentos da emissão. Entretanto, a existência de diferentes mecanismos de comprovação e acompanhamento ajuda a dimensionar o debate sobre a rastreabilidade dos recursos privados destinados ao agronegócio.

Não há, nos documentos examinados, evidência de que a emissão da C.Vale esteja relacionada a desmatamento ilegal, infrações ambientais ou qualquer investigação específica do Ministério Público Federal.

Rastreabilidade preocupa o MPF

A preocupação com a identificação dos beneficiários finais do financiamento privado já havia sido apresentada publicamente pelo MPF antes da abertura do procedimento administrativo.

Em junho de 2026, durante uma audiência na Câmara dos Deputados, o procurador Ricardo Augusto Negrini chamou atenção para os desafios de acompanhamento das operações realizadas por meio do mercado de capitais. Segundo a exposição do representante do Ministério Público, a estruturação de instrumentos financeiros pode envolver diferentes intermediários, dificultando a identificação das propriedades e atividades rurais que recebem os recursos.

O debate envolve especialmente a capacidade de verificar se os empreendimentos financiados cumprem a legislação ambiental e respeitam direitos de comunidades tradicionais e povos indígenas. A preocupação não se restringe à origem do dinheiro, mas também à identificação das atividades econômicas sustentadas pelos recursos captados.

Entre os instrumentos utilizados pelo setor estão os CRAs, as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), as CPRs e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagros). Embora apresentem estruturas e regras distintas, esses mecanismos ampliaram a participação de investidores privados no financiamento da produção e das cadeias agroindustriais.

A manifestação do procurador na Câmara é compatível com o objeto do procedimento instaurado em outubro. A portaria, entretanto, não estabelece expressamente que a audiência tenha motivado sua abertura

Produtores do PR terão limite menor para custos de cartório

Nova regra limita a R$ 1,8 mil a cobrança por matrícula em georreferenciamento e ratificação de imóveis rurais na faixa de fronteira

Da Redação
Cascavel

●Produtores rurais que possuem áreas embargadas por infrações ambientais poderão retomar as atividades enquanto aguardam a regularização ambiental. A possibilidade está prevista no Projeto de Lei 290/2025, aprovado em 4 de novembro pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal.

A proposta altera o Código Florestal e permite a suspensão de embargos e sanções aplicados a produtores que tenham solicitado adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O texto segue agora para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A medida contempla infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relacionadas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reserva Legal e áreas de uso restrito.

O substitutivo aprovado foi apresentado pelo senador Jaime Bagattoli (PL-RO), que apontou a demora de vários estados na implementação dos mecanismos de regularização ambiental como um dos principais problemas enfrentados pelos produtores.

Segundo o relator, agricultores que já manifestaram intenção de regularizar suas propriedades continuam impedidos de exercer atividades econômicas devido à manutenção dos embargos, mesmo após a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Prazo para corrigir irregularidades

O projeto também estabelece prazo de 60 dias para que produtores corrijam inconsistências identificadas no CAR, como sobreposição de áreas e divergências nas coordenadas geográficas.



Senado aprova projeto que permite suspender embargos ambientais e liberar atividades rurais FPA/divulgação

Caso as pendências não sejam solucionadas dentro do período estabelecido, os embargos e as sanções deverão ser restabelecidos.

Autor do projeto, o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) criticou a lentidão na análise e validação do CAR. Ele citou a situação do Pará, onde, segundo afirmou, há um grande volume de cadastros aguardando avaliação por falta de servidores e de sistemas eficientes.

AGRO

Iof no crédito rural Bancada critica possível cobrança sobre LCAs e CRAs, que pode encarecer o financiamento; parlamentares também tentam alterar MP de renegociação de dívidas, que vence em 11 de novembro

FPA **ameaça reagir** a eventual taxação de títulos do agronegócio no Brasil

FPA ameaça reagir no Congresso se governo taxar títulos usados no financiamento do agro e pressiona por mudanças na MP das dívidas rurais



FPA ameaça reagir a possível cobrança de IOF sobre títulos do agronegócio Divulgação

Cascavel
DAS AGÊNCIAS

A FRENTE Parlamentar da Agropecuária (FPA) sinalizou que poderá reagir no Congresso caso o governo federal avance com a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre títulos de investimento utilizados no financiamento do agronegócio. A possibilidade de tributação de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e outros papéis foi discutida nesta terça-feira (3), durante reunião-almoço da bancada.

O presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR), afirmou que o setor é contrário à medida e defendeu que o governo busque outras fontes de arrecadação. Segundo ele, a tributação desses instrumentos pode encarecer o crédito e comprometer parte dos recursos privados destinados à produção rural.

"Se isso de fato for adotado, essa maneira de fazer a tributação dos títulos, nós vamos fazer o enfrentamento mais uma vez", declarou Lupion a jornalistas.

O parlamentar lembrou que uma tentativa de taxar esses investimentos já havia sido contestada pela bancada no ano passado. Ele destacou que, no último Plano Safra, menos de 20% do financiamento da produção agrícola brasileira teve origem em recursos públicos ou equalização de juros pelo Tesouro Nacional. Os outros 80%, segundo Lupion, vieram de fontes privadas, entre elas os títulos de crédito do setor.

FPA admite reação no Congresso

Lupion afirmou que, caso a cobrança seja instituída por decreto presidencial, a bancada poderá apresentar um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para tentar suspender o ato do Executivo.

O deputado Tião Medeiros (PP-PR), coordenador da Comissão de Infraestrutura e Logística da FPA, também manifestou preocupação com a possibilidade de aumento da carga tributária sobre o agronegócio. Para ele, o setor precisa acompanhar as discussões e se mobilizar para evitar novas medidas que elevem os custos da atividade.

A bancada avalia que uma eventual tributação pode afetar a oferta de recursos para o financiamento rural, em um momento de dificuldades para produtores que buscam crédito e renegociação de dívidas.

MP de renegociação de dívidas

Além da discussão sobre o IOF, a FPA também tratou da tramitação da Medida Provisória 1.376/2026, que estabelece mecanismos para renegociação de dívidas rurais. A medida tem vigência até 11 de novembro, e a bancada tenta acelerar as negociações para alterar o texto antes do vencimento.

Segundo a avaliação apresentada durante a reunião, menos de 20% dos R$ 100 bilhões inicialmente projetados para renegociação teriam sido alcançados. Parlamentares e representantes do setor apontaram dificuldades de enquadramento, exigências de garantias e receio de técnicos das instituições financeiras em aprovar operações.

Segundo Pedro Lupion, menos de 20% do financiamento da produção agrícola no último Plano Safra veio de recursos públicos ou de equalização de juros pelo Tesouro. O restante teve origem em fontes privadas

A vice-presidente da FPA para o Centro-Oeste, deputada Marussa Boldrin (MDB-GO), afirmou que produtores têm relatado obstáculos para acessar as linhas de renegociação. Entre os problemas citados estão critérios de enquadramento, garantias elevadas e insegurança dos profissionais responsáveis pela análise dos pedidos.

O deputado Rafael Pezenti (MDB-SC), coordenador da Comissão de Meio Ambiente da FPA, também relatou que instituições financeiras estariam recusando operações e defendeu critérios mais objetivos para a concessão do crédito.

Reunião com Fazenda

A FPA articula uma reunião entre a senadora Tereza Cristina (PP-MS), vice-presidente da bancada, o presidente da comissão mista que analisa a MP, senador Renan Calheiros (MDB-AL), e o ministro da Fazenda, Dario Durigan. A expectativa é que o encontro ocorra ainda nesta semana.

A intenção é buscar consenso para modificar o texto da medida provisória. Lupion afirmou que a bancada considera o vencimento da MP sem uma solução legislativa um cenário prejudicial aos produtores, já que o Projeto de Lei 5.122/2023, que também trata de medidas para o setor, enfrenta resistência e não teria tempo para avançar na Câmara antes do prazo.

O senador Jaime Bagattoli (PL-RO) defendeu que o governo considere o projeto de lei como alternativa. Já o deputado Evair de Melo (Republicanos-ES) cobrou uma atuação mais firme em defesa das pautas do agronegócio. O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), por sua vez, defendeu o diálogo entre os parlamentares e o Executivo para construir uma solução.

A FPA busca, assim, negociar mudanças na MP antes do prazo final e manter a pressão contra uma eventual tributação dos títulos que financiam o agronegócio.

5x2: Sistema FAEP lança cartilha sobre nova jornada de trabalho no campo

Cartilha do Sistema FAEP orienta produtores rurais e sindicatos sobre a escala 5x2 e a redução gradual da jornada de trabalho no campo

Da Redação
Cascavel

●O Sistema FAEP lançou uma cartilha para orientar produtores rurais e sindicatos do Paraná sobre as mudanças na jornada de trabalho no campo, com a implantação da escala 5x2. O material reúne informações sobre as novas regras, alternativas para organizar as equipes e medidas para evitar problemas trabalhistas durante a transição.

A publicação foi preparada para atender produtores e os 163 sindicatos rurais do Estado. Segundo o Sistema FAEP, o objetivo é esclarecer as obrigações de empregadores e empregados diante da redução gradual da carga horária e oferecer orientações práticas para adequar as rotinas das propriedades.

A mudança está prevista na Emenda Constitucional 141/2026, promulgada em 16 de outubro. Conforme o cronograma apresentado pela entidade, até 14 de dezembro de 2026 continuam valendo as regras atuais, com limite de 44 horas semanais e uma folga por semana. A partir de 15 de dezembro, a jornada máxima passa para 42 horas semanais, com duas folgas. Em 15 de dezembro de 2027, o limite será reduzido para 40 horas.

A adaptação apresenta desafios específicos para o campo, onde algumas tarefas não podem ser interrompidas ou concentradas em apenas cinco dias da semana

Atividades rurais exigem planejamento

A adaptação apresenta desafios específicos para o campo, onde algumas tarefas não podem ser interrompidas ou concentradas em apenas cinco dias da semana. Entre as atividades que exigem atenção estão ordenha, trato de animais, irrigação, vigilância e colheitas que dependem de janelas curtas de tempo.

A cartilha esclarece que essas atividades poderão continuar sendo realizadas, desde que sejam respeitados os períodos de descanso de cada trabalhador. Para organizar as equipes, o material apresenta alternativas como escalas de revezamento e regimes de compensação de jornada.

O guia também reúne 11 orientações aos produtores. Entre elas estão o levantamento dos funcionários e das formas de pagamento, a identificação das atividades que exigem continuidade, a elaboração de novas escalas, o cálculo dos custos e o diálogo com os trabalhadores antes da entrada em vigor das mudanças.



Divulgação

A entidade recomenda ainda formalizar as alterações por meio de termo aditivo, atualizar os registros da folha de pagamento e do eSocial com apoio do contador e manter o controle da jornada. O registro de ponto é obrigatório para estabelecimentos com mais de 20 empregados, mas o Sistema FAEP recomenda a adoção do controle em todas as propriedades.

Sindicatos também terão de revisar acordos

Para os sindicatos rurais, a cartilha orienta a revisar convenções e acordos coletivos em vigor, identificar cláusulas incompatíveis com a nova jornada e iniciar negociações com as entidades representantes dos trabalhadores. A recomendação é formalizar os ajustes por meio de termos aditivos antes de 15 de dezembro, sem esperar a data-base das categorias.

Os instrumentos negociados deverão ser registrados no sistema Mediador, do Ministério do Trabalho e Emprego. A publicação também ressalta que nenhuma cláusula poderá estabelecer redução de salários ou pisos.

redacao@gazetaparana.com.br | T [45] 3218-2531

Mais+

Cultura | Entretenimento | Saúde | Tendências

Acessibilidade Pesquisa destaca avanços na participação de alunos com deficiência nas avaliações nacionais, mas aponta falta de formação docente e de estruturas de acessibilidade nas escolas brasileiras



Paulo Pinto/Agência Brasil

Aprendizagem de alunos com deficiência avança, mas desigualdades persistem

Estudo aponta melhora nos resultados do 5º ano entre 2013 e 2023, mas revela baixo desempenho nos anos finais e desafios relacionados à formação de professores e à acessibilidade nas escolas

Cascavel
JULIA MARASCHI

A APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES com deficiência matriculados na rede pública de ensino avançou entre 2013 e 2023. No mesmo período, a diferença de desempenho entre alunos da educação especial e da educação regular diminuiu nas avaliações do 5º ano do ensino fundamental. Apesar dos resultados positivos, o cenário ainda é marcado por desigualdades, especialmente nos anos finais da educação básica, quando os índices de aprendizagem permanecem baixos.

Os dados fazem parte de um estudo inédito realizado pelo Instituto Rodrigo Mendes (IRM), em parceria com a Fundação Lemann e o Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede). A pesquisa utiliza informações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para analisar a evolução da aprendizagem e da participação desses estudantes nas avaliações nacionais.

O levantamento considera como alunos da educação especial aqueles que possuem uma ou múltiplas deficiências, estudantes com autismo e pessoas com altas habilidades.

Avanços

No 5º ano do ensino fundamental, o percentual de estudantes da educação especial com aprendizagem adequada em língua portuguesa passou de 20,7%, em 2013, para 44,5%, em 2023. Entre os alunos da educação regular, o índice aumentou de 40,9% para 55,9% no mesmo período.

Com isso, a diferença entre os dois grupos caiu de 20,2 para 11,4 pontos percentuais. Em matemática, também houve melhora: a proporção de estudantes da educação especial com desempenho adequado passou de 16,9% para 33,9%. Entre os demais alunos, o percentual subiu de 35,6% para 44,3%. A diferença entre os grupos diminuiu de 18,7 para 10,4 pontos percentuais.

Nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, porém, os resultados são menos expressivos. No 9º ano, o percentual de alunos da educação especial com aprendizagem adequada em português passou de 11,9%, em 2013, para 18,8%, em 2023. Entre os estudantes da educação regular, o índice avançou de 24,3% para 36,8%, ampliando a distância entre os grupos.

No 3º ano do ensino médio, os índices são ainda mais baixos, principalmente em matemática. Em 2017, 2,9% dos estudantes da educação especial e 5,1% dos demais alunos apresentavam aprendizagem adequada na disciplina. Em 2023, os percentuais chegaram a 3,2% e 5,2%, respectivamente.

A autora do estudo, Maria Laura Gomes, ressalta que a pesquisa contribui para compreender a evolução da educação especial no país, mas apresenta limitações. Como considera apenas estudantes que chegaram às etapas avaliadas e eram elegíveis ao Saeb, o levantamento não contempla as desigualdades enfrentadas por aqueles que abandonaram ou evadiram da escola durante o percurso escolar.

Investimento e inclusão

A experiência de Gado Bravo, município paraibano com pouco mais de 8 mil habitantes, é apresentada pelo estudo como exemplo da importância de políticas de inclusão para melhorar a aprendizagem. Diante de uma população expressiva de pessoas surdas, a Secretaria Municipal de Educação criou uma coordenação de educação inclusiva e intensificou a identificação de estudantes com deficiência, autismo ou altas habilidades.

Entre as medidas adotadas está o atendimento aos alunos surdos com auxílio de ledores, recurso que, segundo a secretária municipal de Educação, Maria José da Conceição, contribuiu para melhorar o aprendizado. A rede também passou a trabalhar com as famílias para ampliar a frequência escolar e garantir transporte adequado a estudantes com deficiência.

O município também se destacou pela participação dos alunos da educação especial no Saeb. Para assegurar a presença desses estudantes, as redes de ensino precisam organizar previamente recursos de acessibilidade, como provas adaptadas e apoio de profissionais.

Participação

A participação dos estudantes da educação especial no Saeb cresceu entre 2013 e 2023. No 5º ano, o percentual passou de 61,6% para 74,4%. No 9º ano, aumentou de 65,7% para 76,1%. Já no 3º ano do ensino médio, a participação subiu de 67,4%, em 2017, para 75,9%, em 2023.

Apesar do avanço, a pesquisa aponta que ainda há diferenças importantes entre os grupos de estudantes. No 5º ano, alunos com altas habilidades tiveram participação 85% superior à média da educação especial. Em contrapartida, a presença de estudantes com deficiência múltipla foi quase 50% menor.

Formação e acessibilidade

Entre os principais desafios identificados pelo estudo estão a formação dos professores e a infraestrutura das escolas. Segundo Maria Laura Gomes, apenas 6,4% dos docentes possuem formação continuada em educação especial.

A acessibilidade também é uma barreira. Dados da Fundação Lemann citados pela pesquisadora indicam que uma em cada quatro escolas brasileiras não conta com nenhuma estrutura de acessibilidade.

Para Gomes, a adaptação dos espaços escolares não deve depender da matrícula de estudantes com deficiência. O ideal, defende, é que todas as unidades de ensino estejam preparadas para receber esses alunos, garantindo condições de participação e aprendizagem desde o início.

EM NÚMEROS

1

EM CADA 4
Escolas brasileiras não possuem nenhuma estrutura de acessibilidade, conforme dados da Fundação Lemann citados na pesquisa

Número de propostas inscritas cresceu 11,6% em relação a 2025, enquanto a captação de recursos chegou a R$ 1,67 bilhão entre janeiro e outubro, segundo o Ministério da Cultura



Divulgação/Arquivo

Programas de incentivo voltados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste contribuíram para ampliar a participação de produtores e instituições culturais de áreas historicamente menos contempladas

Lei Rouanet

tem recorde de 25,6 mil projetos e de R$ 1,67 bi captados

Cascavel
DA REDAÇÃO

ENCERRADO o período de apresentação de propostas, a Lei Rouanet registrou 25.650 projetos culturais em 2026. Apenas nos dez primeiros meses do ano, foram captados R$ 1,67 bilhão em incentivo. Os números são recorde desde a criação da norma, em 1991.

O prazo para envio de propostas terminou em 31 de outubro. A quantidade de proposições recepcionadas cresceu 11,6%, na comparação com 2025, quando foram inscritos 22.990 projetos. Em relação à captação de recursos, a alta foi de 3,5% na comparação com os R$ 1,67 bilhão registrados no mesmo período do ano passado.

De acordo com o Ministério da Cultura, o crescimento está relacionado à ampliação da participação de regiões e públicos historicamente menos contemplados, por meio dos programas Rouanet Norte, Rouanet Nordeste, Rouanet Centro-Oeste e Rouanet nas Favelas.

Regiões priorizadas

Segundo a pasta, os dados do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) mostram crescimento da captação nas três regiões priorizadas, além de refletirem ações de orientação e formação para a apresentação de projetos.

Entre 2023 e 2025, o Centro-Oeste passou de R$ 65,5 milhões para R$ 129,9 milhões (aumento de 98,3%). No Norte, os valores avançaram de R$ 64,7 milhões para R$ 119,5 milhões – 84,8% a mais). No Nordeste, a captação subiu de R$ 148,5 milhões para R$ 239,2 milhões; crescimento de 61,1%.

Juntas, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste somaram 7.238 propostas, alta de 54,5% na comparação com as 4.684 registradas em 2024.

Lei Rouanet

Criada em 1991, a Lei Rouanet permite que empresas e pessoas físicas destinem parte do Imposto de Renda devido para financiar projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura.

Os projetos são inscritos no sistema Salic por artistas, produtores e instituições culturais. As propostas passam por análise técnica e legal antes de receber autorização para captar recursos.

A aprovação não garante recursos para o projeto, apenas autoriza o proponente a buscar patrocínios e doações de empresas e contribuintes que usam o incentivo fiscal previsto na lei.

Após atingir o valor mínimo de captação exigido, o projeto pode ser executado. As iniciativas devem oferecer contrapartidas para ampliar o acesso à cultura, como ingressos gratuitos ou a preços populares, além de garantir acessibilidade.

Durante a execução, os recursos e as atividades são acompanhados pelo ministério. Ao final, os responsáveis precisam prestar contas da aplicação dos recursos e do cumprimento das metas previstas. Irregularidades podem resultar em sanções e devolução de valores.

NÚMERO

R$1,67

BILHÃO
Foi o total captado pela Lei Rouanet nos dez primeiros meses de 2026, recorde desde a criação da legislação, em 1991

Exibição de "A Saga" no aniversário de Cascavel para homenagear pioneiros

Projeto encaminhado ao prefeito Renato Silva prevê sessão especial no Teatro Municipal e transmissão de minissérie em três capítulos pela CATVE; produção histórica mobilizou mais de 2 mil participantes



Divulgação/Arquivo

Valéria Mendes
Cascavel

● O cineasta Manaoos Aristides apresentou à Prefeitura de Cascavel uma proposta de parceria cultural para incluir a exibição do longa-metragem "A Saga: Da Terra Vermelha Brotou o Sangue" nas comemorações do aniversário do município, celebrado em 14 de novembro. O projeto prevê uma homenagem às famílias pioneiras da cidade, com uma sessão solene no Teatro Municipal e a transmissão da obra em formato de minissérie pela CATVE.

A proposta foi formalizada em documento datado de 3 de novembro de 2026, encaminhado ao prefeito Renato Silva e à secretária municipal de Cultura, Elizabet Leal da Silva, conhecida como Beth Leal. A iniciativa busca resgatar a história da fundação de Cascavel e ampliar o acesso da população a uma produção audiovisual realizada com a participação de moradores da região.

Com duração de duas horas e 20 minutos, o filme retrata a trajetória de famílias que contribuíram para a formação e o desenvolvimento do município, entre elas Silvério de Oliveira, Sperança, Silva, Santos, Jofre, Nardi, Galafassi, Dolla, Gurgacz, Schiels e Formighieri.

Produção

Segundo o diretor, a realização de "A Saga" envolveu mais de 2 mil participantes em Cascavel, incluindo atores, figurantes, técnicos e integrantes da própria comunidade. A produção também contou com a construção de cidades cenográficas, gravações em diferentes localidades do município e participação de atores de projeção nacional.

Aristides afirma que a obra foi exibida em três temporadas, entre 2014 e 2017, pela TV Brasil, TV É Paraná e mais de 200 emissoras brasileiras. Conforme os números apresentados pelo cineasta, a produção teria alcançado uma audiência acumulada estimada em mais de 110 milhões de telespectadores. Os dados são informados pelo realizador e não foram acompanhados, na proposta, de relatórios de audiência que permitam uma verificação independente.

Programação

A proposta apresentada à administração municipal estabelece duas etapas para a programação cultural.

Na primeira, uma quarta-feira seria reservada para a exibição integral do longa-metragem no Teatro Municipal de Cascavel. A sessão teria caráter solene, com convidados, autoridades e representantes das famílias pioneiras retratadas na produção.

A segunda etapa ocorreria entre quinta-feira e sábado, quando o filme seria dividido em três capítulos para transmissão pela CATVE. A intenção é permitir que a população acompanhe a história pela televisão, ampliando o alcance da iniciativa para além do público presente no teatro.

A exibição televisiva, entretanto, depende de entendimento com a emissora, e as datas específicas ainda não foram confirmadas.

Custos e parceria

No documento, Aristides propõe um acordo de cooperação com a Prefeitura de Cascavel para viabilizar as atividades. O cineasta esclarece que os custos e os investimentos necessários poderão ser negociados conforme o nível de participação institucional definido pela Secretaria Municipal de Cultura.

A proposta não apresenta orçamento fechado, valores solicitados ao município ou divisão definitiva das responsabilidades entre os envolvidos.

Para o realizador, a iniciativa representa uma oportunidade de valorizar a identidade histórica da cidade e aproximar as novas gerações das experiências vividas pelos pioneiros.

Aristides também defende que a reapresentação do filme contribua para fortalecer o sentimento de pertencimento da população e preservar a memória da colonização regional.

Até o momento, os documentos apresentados não confirmam a aprovação da proposta pela Prefeitura, nem a formalização de parceria com a CATVE.

Caso seja viabilizado, o projeto poderá integrar a programação comemorativa do aniversário de Cascavel, reunindo cinema, história e homenagens às famílias que participaram da formação do município.

Exibição

A trajetória da produção na televisão brasileira pode ser comprovada pelo acervo oficial da TV Brasil, que registra episódios exibidos em 2017. A emissora descreve a obra como uma série que combina ficção e história para apresentar as tradições paranaenses e o processo de ocupação da região de Cascavel.

Mais+



WWW.GAZETADOPARANA.COM.BR

GazetadoParaná

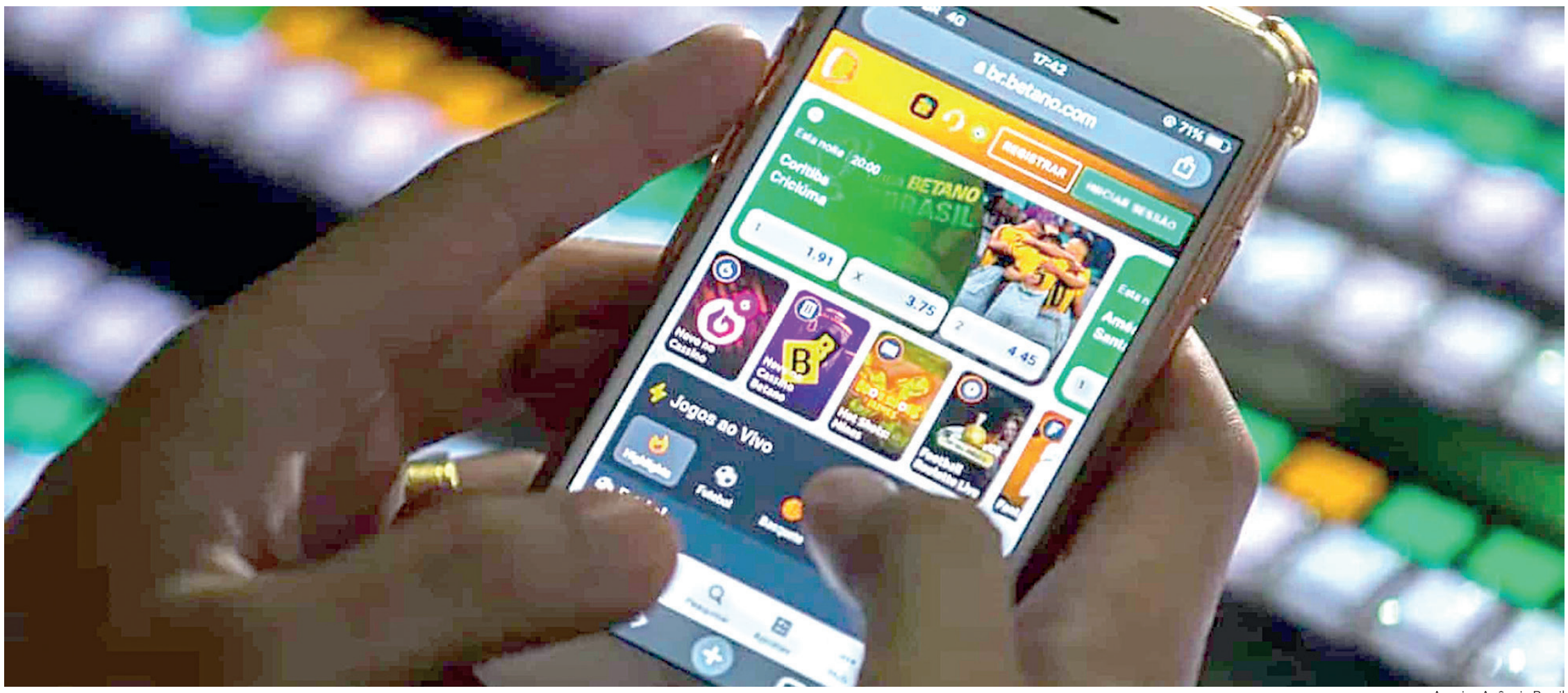
UM JORNAL
QUE TEM CULTURA

Leis | Julgamentos | Sentenças | Opiniões

Gazetajus

Cabe recurso Com R$ 2,55 bilhões em licenças sob discussão, governo federal prepara recurso, STF analisa constitucionalidade da medida e Congresso enfrenta pressão de empresas e clubes de futebol

Justiça libera três bets e abre disputa bilionária sobre proibição de Lula



Arquivo Agência Brasil

Decisão do TRF-3 contraria medida provisória que encerrou licenças de apostas; STF analisa constitucionalidade da proibição, enquanto Congresso ainda não iniciou discussão da proposta

REDAÇÃO
Cascavel

● A decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) que autorizou três plataformas de apostas a retomar suas atividades no Brasil abriu uma nova frente na disputa judicial e econômica provocada pela proibição das bets pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto a Advocacia-Geral da União (AGU) prepara recurso contra a liberação, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa ações que questionam a constitucionalidade da medida provisória. No Congresso Nacional, a proposta ainda aguarda a instalação da comissão mista responsável por sua análise, apesar de já ter recebido 100 emendas parlamentares.

A decisão foi tomada pela desembargadora federal Adriana Pileggi de Soveral, que autorizou o retorno das plataformas Casa de Apostas, Betsul e Jogo Online, pertencentes à CDA Gaming Ltda. A magistrada considerou que o encerramento antecipado das autorizações concedidas pelo próprio governo, sem devolução dos valores pagos ou previsão de indenização, representa um "verdadeiro confisco". A empresa havia desembolsado R$ 30 milhões para obter uma licença válida até dezembro de 2029, mas foi obrigada a interromper suas atividades após a edição da Medida Provisória 1.394/2026, em setembro.

Bilhões em discussão

O caso da CDA Gaming expõe uma questão que ultrapassa os interesses das três plataformas. Segundo números apresentados durante os debates sobre a proibição, aproximadamente 85 empresas pagaram R$ 2,55 bilhões ao governo federal para obter autorizações de funcionamento. As licenças foram concedidas dentro do modelo de regulamentação estabelecido pela Lei 14.790/2023, que organizou o mercado de apostas esportivas e jogos online no Brasil.

Com a publicação da medida provisória em 25 de setembro, o governo determinou o encerramento das autorizações em 30 dias. A mudança atingiu empresas que haviam realizado investimentos para atender às exigências regulatórias, incluindo sistemas de controle financeiro, prevenção à lavagem de dinheiro e identificação de apostadores.

A discussão jurídica envolve a possibilidade de o Estado interromper uma atividade econômica anteriormente autorizada sem estabelecer mecanismos de compensação. Embora o governo tenha competência para modificar políticas públicas e restringir atividades consideradas prejudiciais à população, as empresas sustentam que a alteração precisa respeitar compromissos assumidos e investimentos realizados sob as regras anteriores.

Na decisão, Adriana Pileggi destacou que a invocação do interesse público não elimina automaticamente as obrigações da Administração. A magistrada também questionou a ausência de regras para restituição dos valores pagos pelas licenças e a previsão de multa diária de R$ 200 mil para operadores que descumprirem a proibição.

A liminar beneficia exclusivamente a CDA Gaming. As demais operadoras continuam sujeitas às restrições, salvo aquelas que eventualmente obtenham decisões judiciais próprias. A medida também não representa uma declaração definitiva de inconstitucionalidade da proibição.

Supremo entra no debate

A controvérsia chegou ao STF, que realizou na terça-feira (3) uma audiência pública para discutir os efeitos da Medida Provisória 1.394/2026. O encontro foi conduzido pelo ministro Luiz Fux, relator de ações que questionam tanto a regulamentação anterior das apostas quanto a nova proibição estabelecida pelo governo federal.

A Corte analisa três ações diretas de inconstitucionalidade relacionadas à Lei das Bets, de 2023, e outras quatro apresentadas após a edição da medida provisória. As novas ações, identificadas pelos números 8024, 8027, 8028 e 8035, discutem os limites constitucionais da proibição e os efeitos sobre empresas que já possuíam autorização para operar.

Durante a audiência, Fux reafirmou sua preocupação com os efeitos das apostas sobre a saúde pública e lembrou que, em novembro de 2024, o Supremo ouviu mais de 50 especialistas e representantes de entidades sociais sobre problemas associados à dependência em jogos, ao endividamento das famílias e à exposição de crianças e adolescentes.

O ministro declarou ter formado a percepção de que as bets deveriam ser banidas, mas reconheceu que a nova medida provisória acrescentou questões jurídicas que precisam ser examinadas. Entre elas estão a segurança jurídica, a proteção da confiança legítima, a irretroatividade das normas e os requisitos constitucionais de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias.

O julgamento definitivo ainda não tem data anunciada. A expectativa é que os argumentos apresentados na audiência sejam encaminhados aos demais ministros antes da análise em plenário.

Governo defende proibição

Representantes do governo federal defenderam a medida durante a audiência pública. O advogado-geral da União, Jorge Messias, sustentou que a regulamentação anterior não foi suficiente para proteger a população dos efeitos das apostas sobre a saúde, a renda e a organização familiar.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, também argumentou que os mecanismos de fiscalização e controle adotados anteriormente não conseguiram conter os problemas relacionados ao endividamento, aos transtornos associados ao jogo e aos riscos de atuação de organizações criminosas.

Pelo Ministério da Saúde, Alexandre Padilha apresentou informações sobre os impactos das apostas nos serviços públicos e sobre a necessidade de enfrentar a dependência em jogos como uma questão de saúde pública. Outro argumento utilizado pelo governo envolve a possibilidade de recuperação do consumo das famílias. Durante o debate, foram mencionados indicadores de crescimento nas vendas de alimentos após a proibição, embora a relação direta entre o encerramento das plataformas e o desempenho do comércio ainda dependa de análises econômicas mais aprofundadas.

A AGU confirmou nesta sexta-feira (6) que recorrerá da decisão do TRF-3 que beneficiou a CDA Gaming. Até a divulgação do anúncio, o órgão não havia detalhado publicamente os fundamentos do recurso.

Futebol teme prejuízos

A proibição também provocou reação de clubes de futebol e entidades esportivas que mantinham contratos de patrocínio com plataformas de apostas. Representantes de Flamengo, Fluminense, Botafogo e Cruzeiro participaram da audiência pública no Supremo e apresentaram argumentos sobre os impactos financeiros da interrupção dos contratos.

O Fluminense informou que a medida afetou aproximadamente R$ 200 milhões em receitas relacionadas ao setor. Já representantes do Botafogo alertaram para possíveis consequências sobre o processo de recuperação judicial da sociedade anônima do futebol e sobre o financiamento das categorias de base e do futebol feminino.

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) defendeu a necessidade de um período de transição para permitir que clubes e entidades esportivas substituam gradualmente os patrocinadores ligados às apostas. Entre as propostas apresentadas durante o debate está a possibilidade de estender essa adaptação até a Copa do Mundo de 2030.

O argumento das entidades esportivas é que os contratos foram celebrados quando as apostas estavam legalmente autorizadas e regulamentadas. O encerramento imediato das operações, segundo os representantes do setor, compromete receitas já previstas nos orçamentos e pode afetar especialmente clubes menores.

Por outro lado, a preocupação com os efeitos sociais da publicidade das apostas também integra a discussão. O governo considera que a ampla exposição das plataformas em transmissões esportivas, estádios e campanhas publicitárias contribuiu para a expansão da atividade e para o aumento dos riscos associados ao jogo.

Mercado clandestino

Outra preocupação apresentada ao Supremo envolve a possibilidade de crescimento das apostas clandestinas. Representantes das empresas argumentaram que a proibição das plataformas autorizadas não elimina necessariamente a demanda dos apostadores, podendo deslocar parte das operações para sites estrangeiros ou estruturas que funcionam fora dos mecanismos brasileiros de fiscalização.

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) defenderam a revisão da medida provisória e questionaram a ausência de regras de transição e compensação para as empresas autorizadas.

O setor sustenta que a migração para plataformas clandestinas pode dificultar a identificação de usuários, o controle das transações financeiras e o combate à lavagem de dinheiro. Essas alegações, entretanto, precisam ser confrontadas com dados sobre o comportamento efetivo dos apostadores após a proibição.

O governo argumenta que a continuidade de uma atividade considerada prejudicial não pode ser justificada exclusivamente pela existência de um mercado ilegal. A medida provisória também criou mecanismos de fiscalização e prevê bloqueios de sites, aplicativos e operações financeiras vinculadas às apostas proibidas.

Congresso ainda não avançou

Enquanto a disputa judicial se intensifica, a Medida Provisória 1.394/2026 permanece sem análise efetiva no Congresso Nacional. Segundo o sistema oficial de tramitação legislativa, a proposta ainda aguarda a instalação da comissão mista responsável pela elaboração do parecer que será submetido à Câmara dos Deputados e ao Senado.

Apesar da ausência de deliberação, a medida já recebeu 100 emendas parlamentares. Entre os autores está o deputado federal paranaense Beto Preto, do PSD, que apresentou propostas de alteração ao texto no fim de setembro.

O calendário legislativo estabelece o início do regime de urgência em 9 de novembro. O prazo inicial para deliberação termina em 23 de novembro, com possibilidade de prorrogação conforme as regras constitucionais aplicáveis às medidas provisórias.

Caso a proposta não seja aprovada dentro do prazo constitucional, perderá eficácia, cabendo ao Congresso disciplinar os efeitos jurídicos produzidos durante sua vigência. Essa possibilidade acrescenta outra incerteza para as empresas, que poderão discutir judicialmente eventuais prejuízos decorrentes da interrupção das atividades.

Três frentes abertas

A decisão favorável à CDA Gaming ocorre em um momento no qual o futuro das apostas no Brasil depende simultaneamente de decisões judiciais, negociações políticas e avaliações sobre os impactos econômicos e sociais da atividade.

No TRF-3, a discussão está concentrada nos direitos de uma empresa que pagou pela autorização de funcionamento e teve a licença encerrada antecipadamente. No Supremo, o debate envolve a constitucionalidade da proibição nacional e os limites da intervenção estatal. Já no Congresso, deputados e senadores poderão manter, modificar ou rejeitar a medida provisória editada pelo Executivo.

O resultado dessas discussões também poderá definir como serão tratados os valores bilionários arrecadados com as outorgas e os investimentos realizados pelas empresas durante o período de funcionamento regulamentado.

Por enquanto, a decisão que autorizou o retorno de Casa de Apostas, Betsul e Jogo Online permanece provisória, e o governo federal busca revertê-la. O episódio evidencia uma controvérsia que ainda está longe de uma solução definitiva: como conciliar a proteção da população contra os danos associados às apostas com as obrigações jurídicas e financeiras assumidas pelo próprio Estado ao autorizar a exploração da atividade.

NÚMEROS

200

A magistrada também questionou a ausência de regras para restituição dos valores pagos pelas licenças e a previsão de multa diária de R$ 200 mil para operadores que descumprirem a proibição